



Departamento do Agronegócio

AgroLegis

Federal

Acompanhamento de
Legislações

22 de março de 2013
Edição 116

Documento Interno

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

Anderson dos Santos

Fabiana Cristina Fontana

Fernando dos Santos Macêdo

Lhais Sparvoli Cardoso da Silva

Maria de Lourdes Rillo

Apoio Institucional: **Rachel Colsera**

Índice:

Trabalho

PROJETO DE LEI, Nº 5.102 DE 2013 _____ 03

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a remuneração da hora suplementar, o pagamento, como hora extra, do tempo subtraído de intervalo assegurado por lei e o trabalho em câmaras frigoríficas ou em ambiente artificialmente frio.

PROJETO DE LEI, Nº 5.746 DE 2005 _____ 06

Altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente.

PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 130 DE 2012 _____ 11

Altera o art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para limitar a jornada de trabalho dos empregados rurais, a quarenta horas semanais, e dá outras providências.

Defensivos Agrícolas

PROJETO DE LEI, Nº 5.164 DE 2013 _____ 16

Acrésceta artigo à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para estabelecer condições relativas aos equipamentos utilizados na aplicação de agrotóxicos e afins.

PROJETO DE LEI, Nº 3.615 DE 2012 _____ 18

Acrésceta dispositivo à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para obrigar as empresas de aviação agrícola a enviar cópias de prescrições de agrotóxicos e relatórios anuais aos órgãos competentes.

PROJETO DE LEI, Nº 1.950 DE 2011 _____ 21

Cria o controle da produção e consumo de agrotóxicos por meio de vigilância eletrônica e sanitária.

Fertilizantes

PROJETO DE LEI, Nº 5.166 DE 2013 _____ 25

Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para determinar o registro de fertilizantes, corretivos, inoculantes e estimulantes ou biofertilizantes em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

Desoneração de Alimentos

MEDIDA PROVISÓRIA, Nº 609 DE 2013 _____ 27

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI, Nº 3.154 DE 2012 _____ 38

Dispõe sobre a redução das alíquotas incidentes sobre os produtos alimentares que compõem a Cesta Básica Nacional, relativamente à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PIS/PASEP, à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social — COFINS, e ao Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI, altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e dispõe sobre a Cesta Básica Nacional, e dá outras providências.

Cacau

PROJETO DE LEI, Nº 3.665 DE 2012 _____ 41

Cria o Selo Verde Cacau Cabruca.

Substituição Tributária

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR, Nº 190 DE 2012 _____ 46

Dispõe sobre a base de cálculo do ICMS, para fins de substituição tributária.

Alimentos

PROJETO DE LEI, Nº 1.370 DE 2011 _____ 49

Proíbe a utilização de dióxido de titânio em alimentos e cosméticos.

Propaganda

PROJETO DE LEI Nº 1.637, DE 2007 _____ 52

Dispõe sobre oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas, cujo objeto seja a divulgação e a promoção de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional.

Etanol

PROJETO DE LEI, Nº 1.299 DE 2007 _____ 58

Estabelece programa de certificação para o etanol e a participação governamental sobre a sua produção.

Defesa Agropecuária

PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 427 DE 2012 _____ 63

Institui a Política Nacional de Defesa Agropecuária.

PROJETO DE LEI, Nº 5.102 DE 2013

Autor: Major Fábio - DEM/PB

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a remuneração da hora suplementar, o pagamento, como hora extra, do tempo subtraído de intervalo assegurado por lei e o trabalho em câmaras frigoríficas ou em ambiente artificialmente frio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 59 e a Seção VII do Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59.

§ 1º Do acordo individual ou da convenção ou acordo coletivo de trabalho deverá constar, obrigatoriamente, a importância da remuneração da hora suplementar, que será de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.

.....

§ 5º O desrespeito aos intervalos determinados pela lei acarreta o pagamento, como hora suplementar, do tempo que for subtraído desses intervalos.” (NR)

.....

“Seção VII

Do trabalho em câmaras frigoríficas ou em ambiente artificialmente frio” (NR)

“Art. 253. Para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas, para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa e para aqueles que trabalham em ambiente artificialmente frio, depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de vinte minutos de repouso, computado esse intervalo como de trabalho efetivo.

Parágrafo único. Considera-se artificialmente frio, para os fins do presente artigo, o que for inferior, nas primeira, segunda e terceira zonas climáticas do mapa oficial do Ministério do Trabalho e Emprego, a 15º (quinze graus), na quarta zona a 12º (doze graus), e nas quinta, sexta e sétima zonas a 10º (dez graus).” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

O trabalho em ambiente artificialmente frio é, comprovadamente, penoso para o trabalhador, e o seu exercício por longos períodos acarreta risco para sua saúde. Por esse motivo, o art. 253 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) dispõe que aos **empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-**

versa, depois de 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de 20 (vinte) minutos de repouso, computado esse intervalo como de trabalho efetivo.

O parágrafo único do mesmo artigo, por sua vez, considera artificialmente frio, para os fins do presente artigo, o que for inferior, nas primeira, segunda e terceira zonas climáticas do mapa oficial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a 15º (quinze graus), na quarta zona a 12º (doze graus), e nas quinta, sexta e sétima zonas a 10º (dez graus).

A previsão do parágrafo único do art. 253 levou o Judiciário trabalhista a, justificadamente, firmar entendimento no sentido de que o repouso determinado pelo caput não se destina apenas àqueles que trabalham no interior das câmaras frigoríficas ou que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, mas também aos empregados que laboram num ambiente artificialmente frio.

A exigência dessa interpretação sistemática da lei, entretanto, pode deixar a saúde de muitos trabalhadores exposta a riscos, pois não são poucas as empresas que buscam brechas legais e interpretações literais para suprimir direitos de seus empregados.

Nossa intenção, com essa proposta, é, portanto, firmar definitivamente no texto da lei a previsão de que o empregado que trabalha em ambiente artificialmente frio também tem direito ao intervalo de vinte minutos após uma hora e quarenta minutos de atividade.

Na oportunidade, aproveitamos para suprir outra lacuna legal que diz respeito não apenas ao intervalo devido aos empregados já mencionados – que trabalham no interior das câmaras frigoríficas, que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa ou que trabalham em ambiente artificialmente frio – mas a todos os demais intervalos previstos na legislação trabalhista. Trata-se da remuneração devida pela supressão ou redução do intervalo estabelecido em lei.

Ocorre que, em virtude de acréscimo promovido pela Lei nº 8.923, de 27 de agosto de 1994, o art. 71 da CLT passou a estabelecer, no seu § 4º, que, quando o intervalo para repouso e alimentação não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

Até a edição dessa lei, a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (TST) era no sentido de que o desrespeito ao intervalo mínimo entre dois turnos de trabalho, sem importar em excesso na jornada efetivamente trabalhada, não dá direito a qualquer ressarcimento ao obreiro, por tratar-se apenas de infração sujeita a penalidade administrativa (Súmula 88). Essa súmula, no entanto, foi cancelada em 1995, vigorando hoje a Súmula 307, segundo a qual, após a edição da Lei nº 8.923/1994, a não concessão total ou parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, implica o pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

Desde então, o TST tem considerado que, por analogia, a previsão do art. 71, § 4º, de que o intervalo suprimido ou reduzido deve ser pago como hora extra, é aplicável a outras hipóteses, tais como o intervalo interjornadas de 11 horas, previsto no art. 66 da CLT, inclusive quando se tratar de regime ininterrupto de revezamento (Orientação Jurisprudencial da SDI-1 nº 355 e Súmula nº 110) e os intervalos a que faz jus o trabalhador rural, estabelecidos pelo art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973 (Orientação Jurisprudencial da SDI-1 nº 381).

Nossa proposta é, portanto, acrescentar novo parágrafo ao art. 59 da CLT, para estabelecer que o desrespeito aos intervalos determinados pela lei acarreta o pagamento, como hora suplementar, do tempo que for subtraído desses intervalos.

No ensejo, propomos também nova redação para o § 1º do art. 59, que, com sua redação original, ainda prevê em 20% o acréscimo na remuneração da hora extra, quando, desde 1988, a Constituição Federal estabelece que esse percentual é de 50% (art. 7º, inciso XVI).

Sendo esses os motivos que nos levam a submeter a presente proposta à apreciação desta Casa, rogamos aos nossos Pares apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2013

Deputado MAJOR FÁBIO

DEM/PB

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=566644>

Data de Apresentação: 06/03/2013

Ementa: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a remuneração da hora suplementar, o pagamento, como hora extra, do tempo subtraído de intervalo assegurado por lei e o trabalho em câmaras frigoríficas ou em ambiente artificialmente frio.

Indexação: Alteração, Legislação Trabalhista, CLT, jornada de trabalho, aumento, percentual, valor, hora suplementar, intervalo, trabalho, câmara frigorífica.

Tramitação:

06/03/2013 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 5102/2013, pelo Deputado Major Fábio (DEM-PB), que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a remuneração da hora suplementar, o pagamento, como hora extra, do tempo subtraído de intervalo assegurado por lei e o trabalho em câmaras frigoríficas ou em ambiente artificialmente frio".

PROJETO DE LEI, Nº 5.746 DE 2005

Origem: Projeto de Lei do Senado, nº 19 de 2003

Autor: Marcelo Crivela - PMR/RJ

Altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 198. É de 30 kg (trinta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 1 (um) ano após a data de sua publicação.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=296515

Data de Apresentação: 12/08/2005

Ementa: Altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente

Explicação da Ementa: Reduzindo para 30 (trinta) quilogramas o peso máximo que um trabalhador pode remover

Indexação: Alteração, legislação trabalhista, (CLT), redução, limite máximo, peso, autorização, remoção, trabalhador.

Forma de apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Prioridade

Tramitação:

12/08/2005 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do PL 5746/2005, que "altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente."

19/08/2005 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II

24/08/2005 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Recebimento pela CTASP.

24/08/2005 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 25/8/2005 PÁG 41916 COL 01.

31/08/2005 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Designada Relatora, Dep. Laura Carneiro (PFL-RJ)

01/09/2005 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 02/09/2005

09/09/2005 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.

03/11/2005 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Apense-se a este o PL-6130/2005.

20/12/2005 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Deferido o Requerimento nº 3494/05, do Dep Ronaldo Caiado, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, revendo o despacho inicial apostado a este projeto, determinando a inclusão da CAPADR que devera pronunciar-se antes da CTASP. DCD 17/01/2006 PÁG 622 COL 01.

20/12/2005 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II (Novo Despacho) Regime de Tramitação: Prioridade

07/03/2006 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Devolução à CCP

08/03/2006 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPADR, com a proposição PL-6130/2005 apensada.

29/03/2006 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Zonta (PP-SC)

31/03/2006 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 03/04/2006)

11/04/2006 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

21/02/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 22/02/2007)

05/03/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

15/03/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Apense-se a este o PL-296/2007.

18/04/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CAPADR, pelo Dep. Zonta

18/04/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Parecer do Relator, Dep. Zonta (PP-SC), pela aprovação deste e pela rejeição do PL 6130/2005 e do PL 296/2007, apensados.

19/04/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Devolvido ao Relator, Dep. Zonta (PP-SC)

12/09/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CAPADR, pelo Dep. Zonta

12/09/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Parecer do Relator, Dep. Zonta (PP-SC), pela aprovação deste, do PL 6130/2005 e do PL 296/2007, apensados, com substitutivo.

13/09/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 14/09/2007)

02/10/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

17/10/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Vista conjunta aos Deputados Afonso Hamm, Luis Carlos Heinze e Moacir Micheletto.

17/10/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Devolução de Vista (Dep. Afonso Hamm, Dep. Luis Carlos Heinze e Dep. Moacir Micheletto).

07/11/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Retirado de pauta pelo Relator.

28/11/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Rejeitado o Parecer contra os votos dos Deputados Anselmo de Jesus e Zonta

28/11/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator do Vencedor, Dep. Luis Carlos Heinze (PP-RS)

28/11/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Parecer Vencedor, Dep. Luis Carlos Heinze (PP-RS), pela rejeição deste, do PL 6130/2005 e do PL 296/2007, apensados.

28/11/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Aprovado o Parecer Vencedor contra o voto do Deputado Zonta

07/12/2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação.

07/12/2007 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Parecer recebido para publicação.

07/12/2007 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Recebimento pela CTASP, com as proposições PL-6130/2005, PL-296/2007 apensadas.

13/12/2007 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Designado Relator, Dep. Sandro Mabel (PR-GO)

13/12/2007 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 14/12/07, PÁG 66739 COL 01, Letra A.

14/12/2007 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 17/12/2007)

12/02/2008 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas

30/12/2010 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Proposição devolvida em razão do final da legislatura.

07/04/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 08/04/2011)

26/04/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

28/04/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Devolvido ao relator Deputado Sandro Mabel.

01/09/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Devolvida sem Manifestação.

19/09/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Designada Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO)

06/12/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pela Deputada Flávia Moraes (PDT-GO).

Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação deste e pela rejeição do PLs nºs 6.130/05 e 296/07, apensados.

14/12/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Vista conjunta aos Deputados André Figueiredo, Augusto Coutinho e Laercio Oliveira.

21/12/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Prazo de Vista Encerrado

17/04/2012 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Apresentação do Voto em Separado n. 1 CTASP, pelo Deputado Laercio Oliveira (PR-SE).

18/04/2012 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Roberto Balestra, Sandro Mabel, Alex Canziani, Silvio Costa, Augusto Coutinho e Laercio Oliveira, que apresentou voto em separado.

19/04/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Recebimento pela CCJC, com as proposições PL-6130/2005, PL-296/2007 apensadas.

19/04/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Parecer recebido para publicação.

23/04/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

À SGM o Ofício 72/12 - CTASP comunicando divergência de pareceres com relação a este.

02/05/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Designado Relator, Dep. Antonio Bulhões (PRB-SP)

07/05/2012 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o Projeto de Lei n. 5.746, de 2005, porquanto se configurou a hipótese do art. 24, inciso II, alínea "g", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se.

28/05/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Antonio Bulhões (PRB-SP).

Parecer do Relator, Dep. Antonio Bulhões (PRB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do PL 6130/2005, e do PL 296/2007, apensados.

03/07/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação da Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 5641/2012, pelo Deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), que: "Requeremos a V. Ex^a, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 5.746, de 2005, que altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente".

Apresentação da Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 5669/2012, pelo Deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), que: "Requer urgência, nos termos do Art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para apreciação do Projeto de Lei nº 5.746, de 2005".

16/07/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento de Redistribuição n. 5766/2012, pelo Deputado Guilherme Campos (PSD-SP), que: "Revisão de despacho ao Projeto de Lei nº 5.746 de 2005".

16/10/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - 14:30 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta por acordo.

07/11/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Vista ao Deputado Marcos Rogério.

14/11/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Prazo de Vista Encerrado

20/11/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - 14:30 Reunião Deliberativa Ordinária

Durante votação de requerimento de adiamento da votação, a sessão foi encerrada por falta de "quorum".

21/11/2012 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL n. 5746/2005: À CDEIC, CAPADR, CTASP e CCJC (Art. 54, RICD) - Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade.

21/11/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

À CCJC o Memorando nº 229/12 - COPER solicitando a devolução deste.

21/11/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Devolução à CCP

23/11/2012 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Recebimento pela CDEIC, com as proposições PL-6130/2005, PL-296/2007 apensadas.

28/11/2012 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Designado Relator, Dep. Antonio Balhmann (PSB-CE)

12/12/2012 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Apense-se a este(a) o(a) PL-4715/2012.

28/02/2013 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Requerimento de Desapensação n. 6886/2013, pelo Deputado Laercio Oliveira (PR-SE), que: "Requer o desapensamento do Projeto de Lei nº 4.715, de 2012, do Projeto de Lei nº 5.746, de 2005, e posterior apensamento ao Projeto de Lei nº 5.932, de 2001".

20/03/2013 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDEIC, pelo Deputado Antonio Balhmann (PSB-CE).

Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann (PSB-CE), pela rejeição deste, do PL 6130/2005, do PL 296/2007, e do PL 4715/2012, apensados.

PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 130 DE 2012

Autor: Antonio Carlos Valadares

Altera o art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para limitar a jornada de trabalho dos empregados rurais, a quarenta horas semanais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A jornada de trabalho rural será de 40 (quarenta) horas semanais e de 8 (oito) horas diárias.

§ 1º Em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, uma hora, observados os usos e costumes da região, não se computando este intervalo na duração do trabalho.

§ 2º Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de doze horas consecutivas para descanso.

§ 3º Nas atividades rurais extenuantes e desgastantes o horário de trabalho observará limites entre 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) horas semanais, na forma da regulamentação do Ministério do Trabalho e do Emprego. (NR).”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

Recentemente, os trabalhadores rurais realizaram mobilização nacional para debater diversos problemas que afetam a regulamentação do trabalho rural no Brasil, estabelecendo uma pauta de reivindicações. O objetivo é tornar efetivos e eficazes os direitos no âmbito rural. Embora a Constituição Federal tenha instituído uma igualdade formal entre empregados urbanos e rurais, na prática, o contexto em que se realiza esse tipo de trabalho cria uma série de dificuldades para levar direitos e garantias mínimas aos trabalhadores da agropecuária.

Um dos problemas apontados diz respeito à jornada de trabalho. No meio rural praticamente não há controle sobre o número de horas trabalhadas, com milhares ou milhões de trabalhadores cumprindo jornadas do nascer ao pôr do sol. Esse fato é mais grave se considerarmos a exposição à natureza a que estão sujeitos esses empregados.

A situação é tão grave que, muitas vezes, é difícil separar as condições normais de trabalho daquelas classificadas como análogas à de escravo. E tudo fica ainda mais precário e degradante com a falta de sindicatos fortes e atuantes na área, que estão, muitas vezes, intimidados pela violência no campo, entregues a própria sorte, dada a ausência do Estado.

Em síntese, a questão do trabalho rural é complexa e envolve uma série de iniciativas legais, administrativas e legislativas. Nossa proposta pretende enriquecer o debate sobre o tema, instituindo normas sobre a jornada de trabalho no campo. Assim, limita-se a jornada semanal a quarenta horas, amplia-se o período de descanso interjornadas para doze horas e estabelece-se que, nas jornadas extenuantes e desgastantes, a carga horária seja de trinta a trinta e cinco horas, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Por considerarmos ser justa a medida proposta, conclamamos os nobres Pares a emprestarem o seu apoio à aprovação do projeto de lei ora apresentado.

Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=105374

Data de Apresentação: 03/05/2012

Ementa: Altera o art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para limitar a jornada de trabalho dos empregados rurais, a quarenta horas semanais, e dá outras providências.

Explicação da ementa: Altera o art. 5º da Lei nº 5.889/73 (que estatui normas reguladoras do trabalho rural), para limitar a 40 horas semanais e 8 diárias a jornada de trabalho rural, além de determinar que nas atividades rurais extenuantes e desgastantes o limite será de 30 a 35 horas semanais, de acordo com regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego.

Indexação: Projeto De Lei, Senado, Alteração, Acréscimo, Trabalho Rural, Jornada De Trabalho, Limitação, Hora, Semana, Dia, Intervalo, Repouso, Alimentação, Determinação, Trabalho, Fadiga, Regulamentação, (MTE).

Tramitação:

03/05/2012 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 03 (três) folhas numeradas e rubricadas.

03/05/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.

Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicação em 04/05/2012 no DSF Página(s): 15504 - 15505

04/05/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Recebido na CRA nesta data.

Matéria aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA.

07/05/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Prazo para apresentação de emendas perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA:

primeiro dia: 07/05/2012

último dia: 11/05/2012.

14/05/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental (07/05/2012 a 11/05/2012).

Designado o Senador Sérgio Souza para relatar o projeto.

Encaminhado ao gabinete do Senador Sérgio Souza.

02/08/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ação: Matéria encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, em atendimento ao Of. SF 1454/2012, do Presidente do Senado Federal Senador José Sarney, para leitura do requerimento do Senador Sérgio Souza, que solicita a tramitação conjunta do PLS nº 130/2012 e do PLS nº 208/2012 (fls 4/5).

À SGM.

02/08/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário.

07/08/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Ação: Leitura do Requerimento nº 720, de 2012, de autoria do Senador Sérgio Souza, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2012 com o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012 por regularem a mesma matéria.

O requerimento lido vai à Mesa, para decisão.

08/08/2012 - SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA

Ação: Recebido neste Órgão, nesta data.

28/08/2012 - SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA

Ação: Em sua 7ª Reunião realizada no dia 28.08.2012, a Mesa do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 720, de 2012, do Senador Sérgio Souza, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 130 e 208, de 2012.

Ao Plenário.

11/09/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal, em sua 7ª Reunião, realizada no dia 28 de agosto do corrente, deliberou pela aprovação do Requerimento nº 720, de 2012, de tramitação conjunta.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 130 e 208, de 2012, passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Sociais, cabendo a esta última a decisão terminativa.

***** Retificado em 11/09/2012 *****

(Ação legislativa ocorrida em 10/09/2012)

Publicação em 11/09/2012 no DSF Página(s): 47242

11/09/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Recebido na CRA nesta data.

Encaminhado ao Senador Sérgio Souza para relatar os projetos.

(Tramitam em conjunto os PLS nº 130 e 208, de 2012)

08/11/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido nesta data, do Senador Sérgio Souza, relatório pela aprovação do PLS nº 208 de 2012, com a emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 130 de 2012 (fls.08 a 16).

Matéria pronta para a pauta.

(Tramitam em conjunto os PLS nº 130 e nº 208 de 2012)

19/11/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 28ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 21/11/2012.

(Tramitam em conjunto os PLS nº 130 e 208, de 2012)

21/11/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ação: Na 28ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência retira o PLS nº 130/2012, Item 09, da Pauta, para atender solicitação do Presidente do Senado Federal Senador José Sarney, constante do OF. SF 2225/2012, de encaminhamento do PLS nº 130/2012 à Secretaria-Geral da Mesa (art. 266 do RISF), para leitura do requerimento de desapensamento do Projeto, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que tramita em conjunto com o PLS nº 208/2012 (fls. 17/18).

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

23/11/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ação: À Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

23/11/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, às 15h20.

23/11/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO

Ação: Aguardando leitura de requerimento de tramitação autônoma, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que se dará quando todas as matérias referidas no requerimento (PLS nºs 130 e 208, de 2012) estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266 do RISF.

27/11/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO DECISÃO DA MESA

Ação: Leitura do Requerimento nº 1.013, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei nºs 130 e 208, de 2012.

O requerimento lido vai à Mesa para decisão.

Publicação em 28/11/2012 no DSF Página(s): 64133

27/11/2012 - SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA

Situação: AGUARDANDO DECISÃO DA MESA

Ação: Recebido neste órgão, nesta data.

11/12/2012 - SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA

Ação: Em sua 11ª Reunião, realizada no dia 11.12.2012, a Mesa do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 1.013, de 2012, do Senador Antonio Carlos Valadares, que solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2012, de forma que sua tramitação seja autônoma em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012.

Ao Plenário.

11/12/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal, em sua 11ª Reunião, realizada no dia 11 de dezembro do corrente, deliberou pela aprovação do Requerimento nº 1.013, de 2012, de desapensamento.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 130 e 208, de 2012, voltam a ter tramitação autônoma e vão às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Sociais, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Publicação em 12/12/2012 no DSF Página(s): 68774 – 68775

18/12/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Projeto de Lei do Senado nº 130 de 2012 volta a ter tramitação autônoma na CRA.

A matéria retorna ao Senador Sérgio Souza para relatar.

Encaminhado para o gabinete do Senador Sérgio Souza.

20/12/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Devolvido pelo Senador Sérgio Souza para redistribuição.

Designado o Senador Blairo Maggi para relatar.

Encaminhado ao gabinete do Senador Blairo Maggi.

07/02/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Blairo Maggi sem manifestação.

Matéria aguardando redistribuição.

28/02/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado o Senador Jayme Campos para relatar o PLS 130/2012.

Encaminhado ao gabinete do Senador Jayme Campos.

06/03/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Jayme Campos sem manifestação.

Matéria aguardando redistribuição.

13/03/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado o Senador Ivo Cassol para relatar o PLS 130/2012.

Encaminhado ao gabinete do Senador Ivo Cassol.

PROJETO DE LEI, Nº 5.164 DE 2013

Autor: Adrian - PMDB/RJ

Acrescenta artigo à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para estabelecer condições relativas aos equipamentos utilizados na aplicação de agrotóxicos e afins.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 13-A:

“Art. 13-A. Para a aplicação de agrotóxicos e afins deverão ser utilizados equipamentos que ofereçam segurança a seus operadores e a outras pessoas e que minimizem o risco de deriva do produto para além do alvo da aplicação, sendo vedado o emprego de aeronaves para esse fim. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

Nos últimos anos, o Brasil alcançou uma liderança nada invejável: é o maior consumidor mundial de agrotóxicos! Idealizadas para combater pragas da agricultura, essas substâncias oferecem grandes riscos.

Graves danos à saúde pública e ao ambiente natural têm decorrido do emprego abusivo ou inadequado de agrotóxicos. Alguns casos recentes são emblemáticos e demonstram de forma irrefutável a necessidade de se estabelecerem controles mais rigorosos sobre o emprego desses produtos.

Em agosto de 2010, publicou-se documento síntese dos resultados parciais de pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará, intitulado “Estudo epidemiológico da população da região do baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos”, em que se constatou a contaminação da água consumida pela população das comunidades locais, por diferentes agrotóxicos — mais de quinze foram identificados, sendo alguns altamente tóxicos. O relatório destaca que “a Comunidade do Tomé é a que mais apresenta queixas sobre a qualidade da água para consumo humano, sendo exposta aos venenos da pulverização aérea por até seis vezes ao ano”. E ainda que “a pulverização aérea é relacionada, pelos moradores da região, à morte de animais domésticos, à contaminação da água que ingerem e a uma série de alterações de saúde”, que incluem lesões no fígado, alterações hormonais, má-formação fetal e câncer. Algumas pessoas já foram a óbito, em decorrência da contaminação.

Em março de 2011, a grande imprensa noticiou o resultado de pesquisa realizada pela Universidade Federal de Mato Grosso em Lucas do Rio Verde, cidade de 45 mil habitantes, onde se constatou a contaminação do leite materno por agrotóxicos. No leite de algumas dessas mães, encontraram-se até seis diferentes substâncias tóxicas derivadas de defensivos agrícolas, inclusive daqueles proibidos há mais de 20 anos, como o DDT. Não se conhecem os danos que essa contaminação pode causar à saúde dessas mães e de seus filhos, mas há casos de câncer, má-formação fetal e abortos espontâneos, que podem estar associados.

Muitos outros exemplos poderiam ser citados, em diferentes regiões do País. Infelizmente, a população brasileira e o meio ambiente têm sido muito prejudicados pelo emprego excessivo e irresponsável de agrotóxicos. Uma das formas mais perigosas de aplicação desses produtos é a que se faz por via aérea, quando a deriva do produto, de forma natural (vento) ou acidental, atinge áreas vizinhas onde vivem pessoas, criam-se animais, cultivam-se outras plantas ou procura-se preservar o ambiente natural.

Os danos são incomensuráveis!

A Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO, reunida em seu V Congresso de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, realizado em São Paulo, em abril de 2011, aprovou moção

contra o uso de agrotóxicos e pela vida, requerendo das autoridades competentes a adoção de medidas emergenciais. Desse documento, transcrevemos os seguintes parágrafos:

“Estudos do campo da Saúde Coletiva evidenciam que o nível e a extensão do uso dos agrotóxicos no Brasil estão comprometendo a qualidade dos alimentos e da água para o consumo humano. Neste contexto é importante destacar que o direito a alimentação e nutrição adequada, de acordo com a emenda constitucional 64/2010, está sendo violado. As práticas de pulverização aérea desses biocidas contaminam grandes extensões para além das áreas de aplicação, impactando toda a biodiversidade do entorno, incluindo as águas de chuva”.

[...]

"Proibir a pulverização aérea de agrotóxicos, tendo em vista a grande e acelerada expansão desta forma de aplicação de venenos, especialmente em áreas de monocultivos, expondo territórios e populações cada vez maiores à contaminação com produtos tóxicos. Estas operações, de questionável e improvável controle da deriva accidental e técnica, vêm sendo realizadas a partir de legislação frágil e precariamente fiscalizada, que fere o direito constitucional ao meio ambiente sadio, e têm resultado em graves impactos sobre a saúde humana e dos ecossistemas em geral, inclusive na produção de chuva contaminada com agrotóxicos e na contaminação de aquíferos".

O presente Projeto de Lei acrescenta artigo à Lei nº 7.802, de 1989, determinando que, na aplicação de agrotóxicos e afins, sejam utilizados equipamentos que ofereçam segurança a seus operadores e a outras pessoas, e que minimizem o risco de deriva do produto para além do alvo da aplicação, sendo vedado o emprego de aeronaves para esse fim. Espero contar com o apoio de meus ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado Adrian

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=567959>

Data de Apresentação: 18/03/2013

Ementa: Acrescenta art. à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para estabelecer condições relativas aos equipamentos utilizados na aplicação de agrotóxicos e afins.

Indexação: Alteração, Lei dos Agrotóxicos, aplicação, agrotóxico, utilização, equipamento, segurança, proibição, aeronave.

Tramitação:

18/03/2013 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 5164/2013, pelo Deputado Adrian (PMDB-RJ), que: "Acrescenta artigo à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para estabelecer condições relativas aos equipamentos utilizados na aplicação de agrotóxicos e afins".

PROJETO DE LEI, Nº 3.615 DE 2012

Autor: Padre João - PT/MG

Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para obrigar as empresas de aviação agrícola a enviar cópias de prescrições de agrotóxicos e relatórios anuais aos órgãos competentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

“Art. 13.

Parágrafo único. As empresas de aviação agrícola enviarão, anualmente, cópias das receitas de que trata o caput deste artigo, relativas aos agrotóxicos que tenham aplicado naquele período juntamente com relatório circunstanciado acerca das operações realizadas para as respectivas pulverizações aéreas, aos órgãos responsáveis pela agricultura e pela proteção do meio ambiente no âmbito da União, do Distrito Federal e dos Estados. (NR)”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

Nos últimos anos, o Brasil alcançou liderança nada invejável: tornou-se o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Idealizadas para combater pragas da agricultura, essas substâncias oferecem grandes riscos. Graves danos à saúde pública e ao ambiente natural têm decorrido do emprego abusivo ou inadequado de agrotóxicos.

Em 2011, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados instituiu Subcomissão Especial sobre o uso de agrotóxicos e suas consequências à saúde, que realizou importante trabalho ao longo daquele ano, tendo ouvido órgãos públicos — nas áreas de saúde, previdência, agricultura e meio ambiente —, representantes do setor agropecuário, da indústria de agroquímicos, da aviação agrícola, sindicatos setoriais, organizações não governamentais, cientistas, professores universitários, produtores e trabalhadores rurais, etc. Realizaram-se também visitas técnicas a propriedades rurais e reuniões em vários Estados.

Constatarem-se fatos preocupantes concernentes ao uso de agrotóxicos, implicando a contaminação de pessoas, alimentos, águas, solo e ar. O receituário agrônomo, mecanismo estabelecido no art. 13 da Lei nº 7.802, de 1989, tem sido utilizado de forma pouco efetiva, prejudicando o alcance de sua finalidade, qual seja: assegurar a compra e o uso adequado de tais produtos pelos agricultores. A aviação agrícola, embora regulada por normas específicas editadas por vários órgãos públicos, com frequência é empregada sem a observância das imprescindíveis medidas de segurança, implicando a pulverização de agrotóxicos sobre estradas, animais, mananciais hídricos e mesmo sobre pessoas, com graves consequências.

O presente projeto de lei acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei dos agrotóxicos, para obrigar as empresas de aviação agrícola a enviar, anualmente, cópias das receitas agrônomicas utilizadas na aquisição e aplicação desses produtos, juntamente com relatório circunstanciado acerca das operações aéreas realizadas, aos órgãos responsáveis pela agricultura e pela proteção do meio ambiente no âmbito da União, do Distrito Federal e dos Estados. Aumentando assim o controle do Poder Público sobre essa atividade de altíssimo risco para o meio ambiente e também para a saúde da população.

Isto posto, espero contar com o apoio de meus ilustres Pares para a aprovação deste importantíssimo projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado Padre João

PT/MG

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=539988>

Data de Apresentação: 03/04/2012

Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para obrigar as empresas de aviação agrícola a enviar cópias de prescrições de agrotóxicos e relatórios anuais aos órgãos competentes.

Indexação: Alteração, Lei dos Agrotóxicos, empresa, aviação agrícola, obrigatoriedade, remessa, receita, prescrição, agrotóxico, relatório de atividades, pulverização.

Forma de Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

Tramitação:

03/04/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 3615/2012, pelo Deputado Padre João (PT-MG), que: "Projeto de Lei que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para obrigar as empresas de aviação agrícola a enviar cópias de prescrições de agrotóxicos e relatórios anuais aos órgãos competentes"".

03/04/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 04/04/2012

19/04/2012 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e

Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

19/04/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação do despacho no DCD do dia 20/04/2012

24/04/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

24/04/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Recebimento pela CMADS.

08/05/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Designado Relator, Dep. Felipe Bornier (PSD-RJ)

22/05/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

06/03/2013 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Devolvida sem Manifestação.

12/03/2013 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Designado Relator, Dep. Valdir Colatto (PMDB-SC).

PROJETO DE LEI, Nº 1.950 DE 2011

Autor: Amauri Teixeira - PT/BA

Cria o controle da produção e consumo de agrotóxicos por meio de vigilância eletrônica e sanitária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o Sistema Nacional de Controle de Agrotóxicos, envolvendo a produção, comercialização, dispensação e a prescrição de uso agrícola e agroindustrial, assim como os demais tipos de movimentação previstos pelos controles sanitários, que notificará de forma compulsória qualquer contaminação por agrotóxicos.

Art. 2º Todo e qualquer agrotóxico produzido, dispensado ou vendido no território nacional será controlado por meio do Sistema Nacional de Controle de Agrotóxicos.

Parágrafo único. O controle aplica-se igualmente às prescrições técnicas, agrícolas e veterinárias.

Art. 3º O controle será realizado por meio de sistema de identificação exclusivo dos produtos, prestadores de serviços e usuários, com o emprego de tecnologias de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.

§ 1º Os produtos e seus distribuidores receberão identificação específica baseada em sistema de captura de dados por via eletrônica, para os seguintes componentes do Sistema Nacional de

Controle de Agrotóxicos:

I – fabricante (autorização de funcionamento, licença estadual e alvará sanitário municipal dos estabelecimentos fabricantes);

II – fornecedor (atacadistas, varejistas, exportadores e importadores de Agrotóxicos);

III – comprador (inclusive estabelecimentos requisitantes de produtos não prescritos em receitas com múltiplos produtos);

IV – produto (produto prescrito ou dispensado e sua quantidade);

V – unidades de transporte/logísticas;

VI – consumidor/produtor rural e/ou industrial;

VII – prescrição de uso (inclusive produtos não prescritos numa receita com múltiplos produtos);

VIII – técnico agrícola, agrônomo e engenheiro florestal (inscrição no conselho de classe dos profissionais prescritores).

§ 2º Além dos listados nos incisos do § 1º deste artigo, poderão ser incluídos pelo órgão de vigilância sanitária federal outros componentes ligados à produção, distribuição, importação, exportação, comercialização, prescrição e uso de agrotóxicos.

Art. 4º Passa a ser obrigatório a revisão da autorização para uso e produção de Agrotóxicos a cada cinco anos.

Art. 5º O órgão de vigilância sanitária federal competente implantará e coordenará o Sistema Nacional de Controle de Agrotóxicos.

Parágrafo único. O órgão definirá o conteúdo, a periodicidade e a responsabilidade pelo recebimento e auditoria dos balanços das transações comerciais necessários para o controle de que trata o art. 3º desta Lei.

Art. 6º O órgão de vigilância sanitária federal competente implantará o sistema no prazo gradual de 3 (três) anos, sendo a inclusão dos componentes referentes ao art. 3º desta Lei feita da seguinte forma:

I - no primeiro ano, os referentes aos incisos I e II do § 1º;

II - no segundo ano, os referentes aos incisos III, IV e V do § 1º;

III - no terceiro ano, os referentes aos incisos VI, VII e VIII do § 1º.

Art. 7º O órgão de vigilância sanitária federal competente estabelecerá as listas de agrotóxicos de venda livre, de venda sob controle de uso e retenção da prescrição e de venda sob estrita responsabilidade do técnico agrícola responsável, sem retenção de prescrição de uso.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

Agrotóxico, defensivo agrícola ou agroquímico é um produto usado para exterminar pragas ou doenças que causam danos às plantações. Existem diversos tipos de agrotóxicos que agem sobre plantas daninhas e insetos. O problema é que eles fazem mal à saúde humana e poluem o solo.

O uso negligente de agrotóxicos tem causado diversas vítimas fatais, além de abortos, fetos com má-formação, suicídios, câncer, dermatoses e outras doenças. Segundo a OMS, há 20.000 óbitos/ano em consequência da manipulação, inalação e consumo indireto de pesticidas, nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Já foram registrados casos de transmissão de leucemia para o feto, por mulheres que estiveram em contato com agrotóxicos durante a gravidez.

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o uso intenso de agrotóxicos levou à degradação dos recursos naturais - solo, água, flora e fauna -, em alguns casos de forma irreversível, levando a desequilíbrios biológicos e ecológicos.

Além de agredir o ambiente, a saúde também pode ser afetada pelo excesso destas substâncias. Quando mal utilizados, os agrotóxicos podem provocar três tipos de intoxicação: aguda, subaguda e crônica.

Na aguda, os sintomas surgem rapidamente. Na intoxicação subaguda, os sintomas aparecem aos poucos: dor de cabeça, dor de estômago e sonolência. Já a intoxicação crônica, pode surgir meses ou anos após a exposição e pode levar a paralisias e doenças, como o câncer.

Por essas razões, a produção e a comercialização de agrotóxicos devem ser feitas com rígida observância das exigências previstas na legislação pertinente, a fim de evitar ou minimizar os danos à saúde das pessoas. Caso contrário, justifica-se plenamente que o crime previsto pelo art. 15 da Lei n.º 7.802/89 seja considerado hediondo, dada a gravidade e lesividade que carrega consigo.

São as razões pelas quais rogamos o apoio dos nobres Pares a esta iniciativa legislativa que prevê dotar para o manuseio de agrotóxicos procedimento semelhante aos medicamentos controlados.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=514390>

Data de Apresentação: 09/08/2011

Ementa: Cria o controle da produção e consumo de agrotóxicos por meio de vigilância eletrônica e sanitária.

Indexação: Criação, Sistema Nacional de Controle de Agrotóxicos, normas, produção, comercialização, utilização, acondicionamento, trânsito, produto, implantação, coordenação, vigilância sanitária

Forma de apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

Tramitação:

09/08/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 1950/2011, pelo Deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que: "Cria o controle da produção e consumo de agrotóxicos por meio de vigilância eletrônica e sanitária".

09/08/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 10/08/2011

19/08/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de

Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e

Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

19/08/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação do despacho no DCD do dia 20/08/11 PÁG 43599 COL 02.

31/08/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

01/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPADR.

14/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Marcos Montes (DEM-MG)

15/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 16/09/2011)

29/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

17/05/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Marcos Montes (PSD-MG).

Parecer do Relator, Dep. Marcos Montes (PSD-MG), pela rejeição.

13/06/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) -

10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Vista ao Deputado Zé Silva.

18/06/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Devolução de Vista (Dep. Zé Silva).

03/07/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Voto em Separado n. 1 CAPADR, pelo Deputado Zé Silva (PDT-MG).

10/07/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Voto em Separado n. 2 CAPADR, pelo Deputado Zé Silva (PDT-MG).

05/09/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) -

10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta pelo Relator.

09/10/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Requerimento n. 266/2012, pelos Deputados Zé Silva (PDT-MG) e Moreira Mendes (PSD-RO), que: "Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para discutir o Projeto de Lei nº 1.950, de 2011, que dispõe sobre a criação de um sistema nacional de monitoramento e controle de agrotóxicos".

20/03/2013 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Bohn Gass, Marcon e Anselmo de Jesus, apresentou voto em separado o Deputado Zé Silva.

PROJETO DE LEI, Nº 5.166 DE 2013

Autor: Adrian - PMDB/RJ

Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para determinar o registro de fertilizantes, corretivos, inoculantes e estimulantes ou biofertilizantes em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 4º da Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º

§ 2º Os produtos a que se refere este artigo só poderão ser produzidos, comercializados ou utilizados se previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

..... (NR) ”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A agricultura desenvolveu-se de forma extraordinária no Brasil, ao longo das últimas décadas. A produtividade das lavouras aumentou e segue elevando-se mediante a adoção de moderna tecnologia, que inclui, entre outros fatores, diversos tipos de insumos, tais como: sementes melhoradas, fertilizantes, corretivos, agrotóxicos, inoculantes e estimulantes ou biofertilizantes.

Se por um lado o emprego desses insumos traz benefícios à produção agropecuária, por outro pode acarretar risco ambiental ou ameaça à saúde humana. No caso dos agrotóxicos esses riscos são bastante conhecidos e não faltam exemplos de graves intoxicações de pessoas e casos de contaminação ambiental, com nefastas consequências.

No ano de 1989 o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a Lei nº 7.802, que dispõe sobre diversos aspectos relativos aos agrotóxicos, seus componentes e afins. Importante providência estabelecida nessa Lei é a exigência de prévio registro em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, para que tais produtos possam ser produzidos, exportados, importados, comercializados ou utilizados. Busca-se, dessa forma, obter maior segurança no que concerne à toxicidade e à periculosidade ambiental dessas substâncias, ao mesmo tempo em que se assegura sua eficiência agrônoma.

O emprego de sementes e mudas na agricultura é também objeto de regulamentação: a Lei nº 10.711, de 2003, institui o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, com o objetivo de garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional. O advento da tecnologia de manipulação genética também exigiu normatização específica, o que veio a ocorrer por meio da Lei nº 11.105, de 2005, que, entre outros aspectos, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM.

Outro grande grupo de insumos agropecuários — fertilizantes, corretivos, inoculantes e estimulantes ou biofertilizantes — é regido pela Lei nº 6.894, de 1980. Possivelmente em razão da escassez de informações à época em que foi editada, essa Lei apenas determina o registro de fabricantes, comerciantes e produtos junto ao Ministério da Agricultura.

Entretanto, há evidências de que o uso desses produtos também acarreta riscos. A presença de metais pesados, substâncias tóxicas ou agentes patogênicos, por exemplo, pode acarretar poluição ambiental, contaminar ou transmitir doenças a pessoas, plantas ou animais, entre outros danos.

Outro exemplo de risco ambiental inerente aos fertilizantes é a eutrofização de corpos d'água, processo que consiste no aumento da concentração de nutrientes, especialmente fósforo e nitrogênio, nos ecossistemas aquáticos, ocasionando o excessivo crescimento de plantas aquáticas e/ou algas. Pesquisadores afirmam que o processo de eutrofização tem como consequência uma progressiva degradação da qualidade da água do reservatório. Os problemas incluem condições anaeróbias no fundo ou no corpo d'água como um todo; proliferação de algas tóxicas; dificuldade e elevação dos custos de tratamento da água para abastecimento urbano ou industrial; mortandade de peixes; prejuízos à pesca, à aquicultura, à navegação, ao turismo; etc.

Com base no exposto, parece-nos necessário aprimorar a norma legal que dispõe sobre o registro de fertilizantes, corretivos, inoculantes e estimulantes ou biofertilizantes para introduzir mecanismos que visem à proteção da saúde humana e do meio ambiente. De modo semelhante ao que ocorre com os agrotóxicos e afins, propomos que esses produtos sejam registrados em órgão federal de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado ADRIAN

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=567963>

Data de Apresentação: 18/03/2013

Ementa: Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para determinar o registro de fertilizantes, corretivos, inoculantes e estimulantes ou biofertilizantes em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

Indexação: Alteração, lei federal, registro, fertilizante, órgão federal, saúde, meio ambiente, agricultura.

Tramitação:

18/03/2013 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 5166/2013, pelo Deputado Adrian (PMDB-RJ), que: "Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para determinar o registro de fertilizantes, corretivos, inoculantes e estimulantes ou biofertilizantes em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura".

MEDIDA PROVISÓRIA, Nº 609 DE 2013

Autor: Poder Executivo - Presidente da República

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

1º

.....
XIX - carnes bovina, suína, ovina, caprina e de aves e produtos de origem animal classificados nos seguintes códigos da TIPI:

a) 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.2, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10 e 1502.10.1;

b) 02.03, 0206.30.00, 0206.4, 02.07, 02.09 e 0210.1 e carne de frango classificada no código 0210.99.00; e

c) 02.04 e miudezas comestíveis de ovinos e caprinos classificadas no código 0206.80.00;

XX - peixes e outros produtos classificados nos seguintes códigos da TIPI:

a) 03.02, exceto 0302.90.00; e

b) 03.03 e 03.04;

XXI - café classificado nos códigos 09.01 e 2101.1 da TIPI;

XXII - açúcar classificado no código 1701.99.00 da TIPI;

XXIII- óleo de soja classificado na posição 15.07 da TIPI e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.14 da TIPI;

XXIV - manteiga classificada no código 0405.10.00 da TIPI;

XXV - margarina classificada no código 1517.10.00;

XXVI - sabões de toucador classificados no código 3401.11.90 Ex 01 da TIPI;

XXVII - produtos para higiene bucal ou dentária classificados na posição 33.06 da TIPI; e

XXVIII - papel higiênico classificado no código 4818.10.00 da TIPI.

.....” (NR)

Art. 2º A partir da data de publicação desta Medida Provisória, o disposto nos arts. 8º e 9º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, não mais se aplica aos produtos classificados nos códigos 03.02, 03.03, 03.04, 0405.10.00, 15.07, 15.08 a 15.14, 1517.10.00 e 1701.99.00 da TIPI.

Art. 3º A Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º A Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS devidas pelas

peças jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados nas posições 30.01, 30.03, exceto no código 3003.90.56, 30.04, exceto no código 3004.90.46 e 3303.00 a 33.07, exceto na posição 33.06, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.60.00, 3401.11.90, exceto 3401.11.90 Ex 01, 3401.20.10 e 9603.21.00, todos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, serão calculadas, respectivamente, com base nas seguintes alíquotas:

I - incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de:

b) produtos de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, classificados nas posições 33.03 a 33.07, exceto na posição 33.06, e nos códigos 3401.11.90, exceto 3401.11.90 Ex 01, 3401.20.10 e 9603.21.00: 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento) e 10,3% (dez inteiros e três décimos por cento); e

.....”(NR)

Art. 4º A Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

8º

§ 2º As alíquotas, no caso de importação de produtos de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, classificados nas posições 3303.00 a 33.07, exceto na posição 33.06, e nos códigos 3401.11.90, exceto 3401.11.90 Ex 01, 3401.20.10 e 9603.21.00, são de:

.....”(NR)

Art. 5º A Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 32.....

I - animais vivos classificados nas posições 01.02 e 01.04 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, quando efetuada por pessoa jurídica, inclusive cooperativa, vendidos para pessoas jurídicas que produzam mercadorias classificadas nos códigos 02.01, 02.02, 02.04, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21, 0206.29, 0206.80.00, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10 e 1502.00.1 da NCM;

.....”(NR)

“Art. 33. As pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, inclusive cooperativas, que produzam mercadorias classificadas nos códigos 02.01, 02.02, 02.04, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21, 0206.29, 0206.80.00, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10 e 1502.00.1 da NCM, destinadas a exportação, poderão descontar da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS devidas em cada período de apuração crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens classificados nas posições 01.02 e 01.04 da NCM, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física.

§ 7º O disposto no § 6º aplica-se somente à parcela dos créditos presumidos determinada com base no resultado da aplicação, sobre o valor da aquisição de bens classificados nas posições 01.02 e 01.04 da NCM, da relação percentual existente entre a receita de exportação e a receita bruta total, auferidas em cada mês.

.....”(NR)

“Art. 34. A pessoa jurídica tributada com base no lucro real que adquirir para industrialização produtos cuja comercialização seja fomentada com as alíquotas zero da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS previstas nas alíneas “a” e “c” do inciso XIX do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido determinado mediante a aplicação, sobre o valor das aquisições, de percentual correspondente a 40% (quarenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 1º É vedada a apuração do crédito de que trata o caput nas aquisições realizadas por pessoa jurídica que industrializa os produtos classificados nas posições 01.02, 01.04, 02.01, 02.02 e 02.04 da NCM ou que revende os produtos referidos no caput.

§ 2º O direito ao crédito presumido somente se aplica aos produtos de que trata o caput adquiridos com alíquota zero das contribuições, no mesmo período de apuração, de pessoa jurídica residente ou domiciliada no País, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 4º O disposto no caput não se aplica no caso de o produto adquirido ser utilizado na industrialização de produto cuja receita de venda seja beneficiada com suspensão, alíquota zero, isenção ou não incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, exceto na hipótese de exportação.” (NR)

Art. 6º A Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 56. A pessoa jurídica tributada com base no lucro real que adquirir para industrialização produtos cuja comercialização seja fomentada com as alíquotas zero da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS previstas na alínea “b” do inciso XIX do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido determinado mediante a aplicação, sobre o valor das aquisições, de percentual correspondente a 12% (doze por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 1º É vedada a apuração do crédito presumido de que trata o caput nas aquisições realizadas por pessoa jurídica que industrializa os produtos classificados nas posições 01.03 e 01.05 da NCM ou que revende os produtos referidos no caput.

§ 2º O direito ao crédito presumido somente se aplica aos produtos de que trata o caput adquiridos com alíquota zero das contribuições, no mesmo período de apuração, de pessoa jurídica residente ou domiciliada no País, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 3º O disposto no caput não se aplica no caso de o produto adquirido ser utilizado na industrialização de produto cuja receita de venda seja beneficiada com suspensão, alíquota zero, isenção ou não incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, exceto na hipótese de exportação.” (NR)

Art. 7º A Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º A pessoa jurídica tributada no regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido calculado sobre o valor de aquisição dos produtos classificados

no código 0901.1 da TIPI utilizados na elaboração dos produtos classificados nos códigos 0901.2 e 2101.1 da TIPI destinados a exportação.

.....
§ 6º Para os fins deste artigo, considera-se exportação a venda direta ao exterior ou a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.

§ 7º O disposto neste artigo não se aplica a empresa comercial exportadora.” (NR)

Art. 8º O saldo de créditos presumidos apurados na forma do § 3º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, relativo aos bens classificados nos códigos 01.04, 02.04 e 0206.80.00 da NCM, existentes na data de publicação desta Medida Provisória, poderá:

I - ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II - ser ressarcido em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos créditos presumidos que tenham sido apurados em relação a custos, despesas e encargos vinculados à receita de exportação, observado o disposto nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 9º A partir da data de publicação desta Lei, o disposto nos arts. 8º e 9º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, não mais se aplica às mercadorias ou produtos classificados nos códigos 02.04 e 0206.80.00 da NCM.

Art. 10. Ficam revogados:

I - os §§ 1º e 3º do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004;

II - o inciso II do caput do art. 32 da Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009;

III - o inciso IV do caput do art. 54 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010; e

IV - o art. 4º e o § 5º do art. 6º da Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012.

Art. 11. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de março de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=111424

Data de Apresentação: 08/03/2013

Ementa: Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 10925/04 – que reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências – para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de carnes bovina, suína, ovina, caprina, de aves e outros produtos de origem animal, peixes, café, açúcar, óleo de soja e outros óleos vegetais, manteiga, margarina, sabões de tocador, produtos para higiene bucal ou dentária e papel higiênico; estabelece que a partir da data de publicação da presente Medida Provisória: a) torna-se inaplicável a

suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS de trata o art. 9º da Lei nº 10925/04 no caso de venda de peixes frescos ou refrigerados, peixes congelados, filés de peixes e outra carne de peixes (mesmo picada), frescos, refrigerados ou congelados, manteiga, óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados, óleo de amendoim e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados, óleos de nabo silvestre, de colza ou de mostarda, e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados, margarina, exceto a margarina líquida e outros açúcares de cana; b) não poderá ser feita a dedução do PIS/PASEP e da COFINS do crédito presumido de que trata o art. 8º da Lei nº 10925/04 pelas pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que produzam os referidos itens mencionados no item “a”; altera a Lei nº 10147/2000 – que dispõe sobre a incidência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, nas operações de venda dos produtos que especifica – para tornar inaplicáveis as respectivas alíquotas de 2,2% e 10,3% à venda de preparações para higiene bucal ou dentária, incluindo os pós e cremes para facilitar a aderência de dentaduras; fios utilizados para limpar os espaços interdentais (fios dentais), em embalagens individuais para venda a retalho; altera a Lei nº 10865/04 – que dispõe sobre o PIS/PASEP e a COFINS incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências – para incluir outros produtos dentre aqueles sujeitos às alíquotas de 2,2% e 10,3%; altera a Lei nº 12058/09 – que dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais e dá outras providências – para modificar a lista de produtos, no item animais vivos, a serem beneficiados pela suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidente sobre a receita bruta de sua venda no mercado interno; altera a Lei nº 12350/10 – que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e dá outras providências – para estabelecer que a pessoa jurídica tributada com base no lucro real que adquirir para industrialização produtos cuja comercialização seja fomentada com as alíquotas zero da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS previstas na alínea “b” do inciso XIX do art. 1º da Lei nº 10925/04, poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido determinado mediante a aplicação, sobre o valor das aquisições, de percentual correspondentes a 12% das alíquotas previstas no “caput” do art. 2º da Lei nº 10637/02, e no “caput” do art. 2º da Lei nº 10833/03; altera a Lei nº 12599/12 para determinar que o desconto de que trata o art. 6º será determinado com base no crédito presumido calculado sobre o valor de aquisição dos produtos especificados desde que destinados a exportação; autoriza a compensação ou o ressarcimento em dinheiro do saldo de créditos presumidos apurados na forma do § 3º do art. 8º da Lei nº 10925/04 existentes na data de publicação desta Medida Provisória, relativos aos bens que especifica; revoga os seguintes dispositivos: a) os §§ 1º e 3º do art. 1º da Lei nº 10925/04; b) o inc. II do caput do art. 32 da Lei nº 12058/09; c) o inc. IV do caput do art. 54 da Lei nº 12350/10; d) o art. 4º e o § 5º do art. 6º da Lei 12599/12.

Indexação: Medida Provisória, Alteração, Norma Jurídica, Lei Federal, Redução, Alíquota, Isenção Fiscal, Desoneração Tributária, Incentivo Fiscal, (PIS), (PASEP), Importação, Venda, Mercado Interno, Produto, Cesta de Alimentos Básicos, Adquirente, Desconto, Contribuição, Crédito Presumido, Percentagem, Valor, Aquisição.

Tramitação:

08/03/2013 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 03 (três) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).

À SSCLCN.

Publicação em 08/03/2013 no DOU Página(s): 1 - 2 Edição extra

11/03/2013 - SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória nº 609/2013:

-Publicação no DOU: 8-3-2013;

- Designação da Comissão: em até 48 horas após publicação;
- Instalação Prevista da Comissão: 24 horas após designação;
- Emendas: até 14-3-2013;
- Prazo na Comissão: *;
- Remessa do processo à CD: -;
- Prazo na CD: até 4-4-2013 (até o 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 4-4-2013;
- Prazo no SF: de 5-4-2013 a 18-4-2013 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 18-4-2013;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 19-4-2013 a 21-4-2013 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 22-4-2013 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 6-5-2013 (60 dias).

**Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.*

12/03/2013 - SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Juntada a Mensagem nº 17, de 2013-CN (nº 82/2 013, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 609, de 8 de março de 2013 (DOU de 8/3/2013-Ed.Extra), incluindo a legislação citada, às fls. 4 a 34.

12/03/2013 - SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

Ação: Ao Plenário para leitura, designação da comissão mista e comunicação do calendário para tramitação da matéria.

12/03/2013 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Ação: A Senhora Presidente da República adotou, em 8 de março de 2013, e publicou no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, a presente Medida Provisória.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)

Titulares

Eunício Oliveira

Francisco Dornelles

Sérgio Petecão

Paulo Davim

Ricardo Ferraço

Suplentes

Ana Amélia

Kátia Abreu

Romero Jucá

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

Titulares

José Pimentel

Ana Rita

Paulo Paim

Lídice da Mata

Suplentes

Humberto Costa

Angela Portela

Vanessa Grazziotin

Eduardo Lopes

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

Titulares

Lúcia Vânia

Aloysio Nunes Ferreira

José Agripino

Suplentes

Wilder Moraes

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL)

Titular

Eduardo Amorim

Gim

Suplentes

Alfredo Nascimento

João Costa

**PSOL*

Titular

Randolfe Rodrigues

Deputados

PT

Titulares

José Guimarães

Valmir Assunção

Suplentes

Sibá Machado

Luiz Couto

PMDB

Titulares

Eduardo Cunha

Marcelo Castro

Suplentes

Antônio Andrade

Darcísio Perondi

PSD

Titulares

Eduardo Sciarra

Eleuses Paiva

Suplentes

Guilherme Campos

Heuler Cruvinel

PSDB

Titular

Carlos Sampaio

Suplente

João Campos

PP

Titular

Arthur Lira

Suplente

Roberto Britto

DEM

Titular

Ronaldo Caiado

Suplente

Mendonça Filho

PR

Titular

Anthony Garotinho

PSB

Titular

Beto Albuquerque

Suplente

Glauber Braga

PDT

Titular

André Figueiredo

Suplente

Ângelo Agnolin

PTB

Titular

Jovair Arantes

Suplente

Antonio Brito

*PSL

Titular

Dr. Grilo

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Calendário de tramitação conforme BAL do dia 11.03.2013.

A matéria está publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os ofícios das lideranças:

-Ofício nº 45/2013, da Liderança do PT e Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal;

-Ofício nº 57/2013, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL no Senado Federal;e

-Ofício nº 88/2013, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

Publicação em 13/03/2013 no DSF Página(s): 9355 - 9357

13/03/2013 - SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 09:05 hs.

13/03/2013 - SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: À SACM.

13/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Recebido neste Órgão, às 9h45.

13/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Anexada Nota Técnica nº 13/2013, da Consultoria de Adequação Orçamentária e Financeira do Senado Federal, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls.47 e 48).

14/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 20 de março de 2013 (juntada Convocação à fl. 49).

14/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Juntada cópia do Ofício nº 204 (CN), do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, que comunica ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, a composição e o calendário de tramitação da MPV nº 609, de 2013 (fl. 50).

14/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A Presidência designa o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, para integrar a Comissão Mista, conforme o Ofício nº 104, de 2013, do Líder do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB na Câmara dos Deputados (juntado à fl. 51).

Publicação em 15/03/2013 no DSF Página(s): 9963

14/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Anexada Mensagem nº 89 de 2013, lida na Sessão do Senado Federal de 14.03.2013, da Presidência da República, informando, em aditamento à Mensagem nº 82 de 2013, a Medida Provisória nº 609, de 2013, foi retificada, conforme publicação feita no Diário Oficial da União de 13 de março de 2013, Edição Extra. (anexada às fls. 52 a 54).

Publicação em 15/03/2013 no DSF Página(s): 10204 - 10206

14/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A Presidência designa para integrar a Comissão Mista:

- a Deputada Carmen Zanotto, como membro titular, e o Deputado Sarney Filho, como membro suplente, conforme Ofício nº 45/2013, da Liderança do PV na Câmara, lido na sessão do Senado do dia 14/03/2013 (anexado à fl. 55); e

- os Deputados Paulo Teixeira e Vanderlei Siraque, como membros titulares, em substituição aos Deputados José Guimarães e Valmir Assunção; e os Deputados Jesus Rodrigues e Paulão, como membros suplentes, em substituição aos Deputados Sibá Machado e Luiz Couto, conforme Ofício nº 207/2013, da Liderança do PT na Câmara, lido na sessão do Senado do dia 14/03/2013 (anexado à fl. 56).

Publicação em 15/03/2013 no DSF Página(s): 10204

Publicação em 15/03/2013 no DSF Página(s): 10202

15/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 128 (cento e vinte e oito) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Laércio Oliveira 001; 004; Deputado Onofre Santo Agostini 002; Senadora Kátia Abreu 003; Senadora Aécio Neves 005; Deputado Raul Lima 006; Deputado Eduardo Sciarra 007; 008; Senador Inácio Arruda 009; Deputado Newton Lima 010; 011; 012; 116; Deputado Arnaldo Faria de Sá 013; 071; 072; Deputado Vanderlei Siraque 014; 015; 016; Deputado Walter Ihoshi 017; Deputado Nilmar Ruiz 018; Deputada Carmen Zanotto 019; Deputado Antonio Carlos Mendes Thame 020; 021; 022; 023; 024; 025; 026; Deputado Fábio Trad 027; 028; Deputado Jovair Arantes 029; Senador Blairo Maggi 030; 031; 032; Deputado Osvaldo Reis 033; Senador Flexa Ribeiro 034; Deputado Nelson Marchezan Junior 035; 036; 037; Deputado Marcos Montes 038; 039; 040; 041; 042; 043; 044; Senador Aloysio Nunes Ferreira 045; Deputado Mandetta 046; Deputado Eduardo Cunha 047; Deputado Júlio Cesar 048; Deputado Mendonça Filho 049; 050; 051; 052; 053; 055; Deputado Nilson Leitão 054; Senador Acir Gurgacz 056; 057; Deputado Izalci 058; Deputada Mara Gabrilli e outros 059; Deputado Otávio Leite e outros 060; 061; Deputado Lelo Coimbra 062; 076; 077; 078; 079; 080; 081; Deputado Félix Mendonça Júnior 063; 064; 065; 066; Senadora Vanessa Grazziotin 067; 084; Deputada Gorete Pereira 068; 069; 070; Deputado Davi Alves Silva Junior 073; Senador José Agripino 074; Senador Rodrigo Rollemberg 075; Deputado Assis Carvalho 082; 083; Deputado Arthur Oliveira Maia 085; 086; 087; 088; 089; Deputado Domingos Dutra 090; Deputado Arnaldo Jardim 091; 092; 093; Deputado Ronaldo Caiado 094; 095; Deputado Carlos Souza 096; Deputado Adrian 097; Deputado Paulo Abi-Ackel 098; Deputado Sérgio Zveiter 099; Senador Francisco Dornelles 100; Deputado Valmir Assunção e OUTROS 101; Deputado Sandro Mabel 102; 103; 105; 106; Senador Sérgio Souza 104; Deputada Rosane Ferreira 107; Deputado Moreira Mendes 108; 109; 110; 111; 112; 113; 114; Deputado Cláudio Cajado 115; Deputado Luis Carlos Heinze 117; Deputado Betinho Rosado 118; Deputado Irajá Abreu 119; Deputado Alfredo Kaefer 120; 121; 122; 123; 124; 125; Senadora Lúcia Vânia 126; 127; 128. (anexadas às fls. 57 a 287).

18/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Anexadas:

- Emenda nº 74 com a assinatura do autor, Senador José Agripino, em substituição à cópia assinada eletronicamente (fls. 288 e 289).

- Emendas nº 111 e nº 114, com a assinatura do autor, Deputado Moreira Mendes, em substituição às cópias assinadas eletronicamente (fls. 290 a 293).

19/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Anexadas, em substituição às cópias assinadas eletronicamente:

- *Emenda nº 34 com a assinatura do autor, Senador Flexa Ribeiro (fls.294);*
- *Emenda nº 116 com a assinatura do autor, Deputado Newton Lima (fls.295 e 296);*
- *Emendas nº 102, 103, 105 e 106 com a assinatura do autor, Deputado Sandro Mabel (fls.297 a 300);*
- *Emenda nº 82 com a assinatura do autor, Deputado Assis Carvalho (fls.301 e 302);*
- *Emenda nº 101 com a assinatura dos autores, Deputados Valmir Assunção e Marcon (fls. 303 a 305);*
- *Emenda nº 115 com a assinatura do autor, Deputado Cláudio Cajado (fls.306 e 307).*

20/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: A Presidência designa para integrarem a Comissão Mista:

- *como membro suplente, o Senador Flexa Ribeiro, conforme o Ofício nº 96/2013, da Liderança do PSDB no Senado Federal, lido na Sessão do Senado em 19/03/2013 (anexado à fl. 308);*
- *como membros titulares, os Deputados Colbert Martins e Edinho Araújo, em substituição aos Deputados Eduardo Cunha e Marcelo Castro; e, como membro suplente, o Deputado Sandro Mabel, em substituição ao Deputado Antônio Andrade, conforme o Ofício nº 261/2013, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado em 20/03/2013 (anexado às fls. 309 e 310);*
- *como membros titulares, os Senadores Eduardo Braga, Romero Jucá e Lobão Filho, conforme o Ofício nº 127/2013, da Liderança do PMDB no Senado, lido na Sessão do Senado em 20/03/2013 (anexado às fls. 311 e 312).*

20/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Recebido Ofício nº 262/2013 da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, sugerindo a indicação do Deputado Edinho Araújo como Relator da Medida Provisória (anexado à fl. 313).

20/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Nesta data é realizada a 1ª Reunião da Comissão. Instalada a Comissão, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente, a Senadora Ana Rita e o Deputado Paulo Teixeira, e designados Relator e Relator Revisor, respectivamente, o Deputado Edinho Araújo e o Senador Lobão Filho (anexada Lista de Presença da Reunião às fls. 314 e 315).

Encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional o Ofício nº 1/MPV609-2013, dos Senadores José Pimentel e Ana Rita, Presidente Eventual e Presidente Eleita da Comissão, comunicando o resultado da 1ª Reunião (anexado à fl. 316).

20/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: A Presidência designa:

- *o Senador Blairo Maggi, como membro suplente, em substituição ao Senador João Costa, para integrar a Comissão, conforme Ofício nº 69/2013, da Liderança do Bloco União e Força, lido na Sessão do Senado em 20/03/2013 (anexado às fls. 317 e 318);*
- *os Deputados Irajá Abreu e Moreira Mendes, como membros titulares, e Walter Ihoshi e Roberto Santiago, como membros suplentes, para integrar a Comissão, conforme Ofício nº 377/2013, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado em 20/03/2013 (anexado às fls. 319 e 320).*

PROJETO DE LEI, Nº 3.154 DE 2012

Autor: Paulo Teixeira - PT/SP e outros

Dispõe sobre a redução das alíquotas incidentes sobre os produtos alimentares que compõem a Cesta Básica Nacional, relativamente à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PIS/PASEP, à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social — COFINS, e ao Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI, altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e dispõe sobre a Cesta Básica Nacional, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1º. Ficam reduzidas a zero (0) as alíquotas para a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PIS/PASEP, para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social — COFINS e para o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, para os produtos alimentares de consumo humano que compõem a Cesta Básica Nacional.

§ 1º. Os alimentos que comporão a Cesta Básica Nacional serão selecionados pelos seguintes critérios:

I – de peso relativo dos alimentos no gasto das famílias brasileiras, calculados a partir de informações atualizadas da Pesquisa de Orçamento Familiares – POF do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

II – de recomendações nutricionais de consumo de alimentos, estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e

III- da oferta de produtos alimentares que priorize a produção da agricultura familiar, a ser informada pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento e o de Desenvolvimento Agrário.

§ 2º. A composição da Cesta Básica Nacional será definida e revisada no máximo a cada cinco anos pela Comissão Interministerial da Cesta Básica Nacional.

Art. 2º. O art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

—Art. 28.

XXXIII – os produtos alimentares que compõem a Cesta Básica Nacional.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias a partir da data de sua publicação.

Justificativa:

Trabalho do IPEA estimou que a carga fiscal média que incide sobre os alimentos encontra-se atualmente na faixa de 14,1%, na média do total das grandes regiões urbanas pesquisadas pela POF/IBGE.

Na medida em que o dispêndio alimentar no orçamento das famílias de menor renda é responsável por uma parcela ainda relevante do gasto total, uma tributação excessiva dos alimentos leva a efeitos negativos na distribuição da renda pessoal, e na manutenção do contingente de população abaixo da linha de pobreza. Uma carga tributária calculada na tributação indireta, como no caso brasileiro, pode dificultar a melhoria do perfil distributivo do país.

Outro resultado do trabalho do IPEA que deve ser ressaltado é que as maiores cargas tributárias encontradas sobre as cestas de alimentos localizam-se nas regiões metropolitanas (Fortaleza, Belém, Salvador e, em menor grau, Recife) em que há uma significativa proporção de pobres em relação à população. E tais contingentes são justamente os que destinam mais de dois terços de sua renda na aquisição de alimentos.

Por outro lado, os impactos da isenção dos tributos indiretos sobre alimentos mostram claramente que os ganhos de renda concentram-se nas famílias de menor rendimento, situando-se ao redor de 8% em Fortaleza, 5,5% em Belém e 5,2% em Brasília. Os menores ganhos para as famílias mais pobres se dariam em Porto Alegre (3,2%), Belo Horizonte (2,7%) e São Paulo (2,5%). Inversamente, o incremento da renda real disponível das famílias situadas nos estratos superiores situa-se, em média, ao redor de 0,6%. Portanto, a isenção tributária sobre alimentos mostra-se uma política pública de auxílio ao combate à pobreza com alto grau de focalização. Adicionalmente, as simulações também mostraram os efeitos positivos na distribuição de renda e no combate à pobreza e indigência.

Este projeto de lei procura colaborar na redução da carga impositiva que incide sobre alimentos que comporiam uma Cesta Básica Nacional, assim como define critérios para selecionar alimentos que gozariam desse benefício tributário. A redução da carga tributária que incide sobre alimentos básicos apresenta um impacto positivo na melhoria de renda e na redução da população considerada pobre no Brasil. Por outro lado a redução da carga tributária indireta sobre alimentos melhora a progressividade do Sistema Tributário Nacional, conforme prevê preceito constitucional inscrito no art. 145, § 1º da Carta Magna do Brasil.

Deve ser lembrado que a criação de uma Cesta Básica Nacional, com tributação reduzida, cumpre o papel de incentivo a produção da agricultura familiar. Segundos dados do IBGE apesar de ocupar uma área menor com lavouras e pastagens, a agricultura familiar é a grande responsável pela segurança alimentar do país, pois é importante fornecedora de alimentos para a mesa dos brasileiros. Em 2006, a agricultura familiar era responsável por 87% da produção nacional de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% do milho; 38% do café; 34% do arroz; por 58% do leite de vaca; 67% do leite de cabra; 59% do plantel de suínos; 50% das aves; 30% dos bovinos, e, ainda, 21% do trigo produzido no País.

Em razão do exposto acima, pedimos o apoio dos nobres colegas para aprovar nosso projeto.

Dep. Paulo Teixeira PT/SP

Dep. Jilmar Tatto PT/SP

Dep. Amaury Teixeira PT/BA

Dep. Assis Carvalho PT/PI

Dep. Claudio Puty PT/PA

Dep. José Guimarães PT/CE

Dep. Pedro Eugênio PT/PE

Dep. Pepe Vargas PT/RS

Dep. Ricardo Berzoini PT/SP

Informações complementares:

Link para consulta no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=534161>

Data de Apresentação: 07/02/2012

Ementa: Dispõe sobre a redução das alíquotas incidentes sobre os produtos alimentares que compõem a Cesta Básica Nacional, relativamente à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e ao Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI, altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e dispõe sobre a Cesta Básica Nacional, e dá outras providências.

Indexação: Redução, alíquota zero, Pis/Pasep, Cofins, IPI, cesta básica, alteração, Lei Federal, receita bruta, venda, mercado interno, produto alimentício.

Forma de apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

Tramitação:

07/02/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 3154/2012, pelos Deputados Paulo Teixeira (PT-SP) e outros, que: "Dispõe sobre a redução das alíquotas incidentes sobre os produtos alimentares que compõem a Cesta Básica Nacional, relativamente à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e ao Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI, altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e dispõe sobre a Cesta Básica Nacional, e dá outras providências".

07/02/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 08/02/2012

27/02/2012 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação Mérito e Art. 54, RICD) e

Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

27/02/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação do despacho no DCD do dia 28/02/2012

29/02/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

01/03/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPADR.

13/03/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Reinaldo Azambuja (PSDB-MS)

14/03/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 15/03/2012)

28/03/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

20/12/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB-MS). Parecer do Relator, Dep. Reinaldo Azambuja (PSDB-MS), pela aprovação.

20/03/2013 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI, Nº 3.665 DE 2012

Autor: Félix Mendonça Júnior - PDT/BA

Cria o Selo Verde Cacau Cabruca.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Selo Verde Cacau Cabruca, com o objetivo de atestar a sustentabilidade, interesse social e ambiental da cacauicultura brasileira.

Art. 2º O Selo Verde Cacau Cabruca poderá ser concedido ao cacauicultor que atender os seguintes critérios:

I - estar de acordo com todas as leis ambientais e trabalhistas nacionais, estaduais e municipais;

II - cultivar o cacau, na modalidade agroflorestal cabruca, de modo a conservar a diversidade ecológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, e os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares, mantendo-se o máximo possível as funções ecológicas da floresta;

III - explorar de maneira sustentável desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área.

Art. 3º O Selo Verde Cacau Cabruca será concedido pelo órgão ambiental federal competente, mediante solicitação do cacauicultor.

Parágrafo único. O órgão ambiental federal competente poderá credenciar instituição para avaliar os empreendimentos que pleitearem o Selo Verde Cacau Cabruca e fiscalizar o fiel cumprimento dos critérios que autorizam a sua concessão.

Art. 4º O Selo Verde Cacau Cabruca terá validade por dois anos, podendo ser renovado indefinidamente, mediante nova avaliação e vistoria do órgão ambiental federal competente.

Parágrafo único. Na hipótese do cacauicultor, durante o prazo de validade de que trata este artigo, descumprir os critérios que autorizaram a concessão do Selo, o órgão federal competente deverá cassar o direito de uso do Selo.

Art. 5º As despesas decorrentes das análises e vistorias necessárias para a concessão do Selo Verde Cacau Cabruca serão custeadas mediante o pagamento, pelo cacauicultor, de preço público ou tarifa, conforme o caso.

Art. 6º O cacauicultor poderá usar o Selo Verde Cacau Cabruca como lhe aprouver, na promoção da sua empresa e produtos.

Art. 7º Os critérios técnicos específicos para a certificação e os procedimentos para a obtenção do Selo de que trata esta Lei serão estabelecidos em regulamento.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativa:

A região cacaueira da Bahia ocupa aproximadamente uma área de 10.000 km². Em cerca de 6.800 km² (70% da área) o cacau (*Theobroma cacao*) é cultivado sob a sombra de árvores da floresta original, sistema denominado cacau-cabruca.

O plantio tradicional do cacaueiro sob o dossel da floresta foi sendo aprimorado ao longo de 250 anos. O sistema cacau-cabruca gerou recursos financeiros, fixou o homem no campo, conservou os recursos naturais e compatibilizou o desenvolvimento socioeconômico com a conservação.

Os estudiosos da cacauicultura baiana, ao descreverem-na, ressaltaram sua eficiência, capacidade de conservação e sustentabilidade.

O pesquisador Dan Érico Lobão, da CEPLAC, afirma que o cacau-cabruca pode ser conceituado como um sistema agrossilvicultural, que se fundamenta na substituição dos estratos florestais médio e inferior por uma cultura de interesse econômico, implantada sob a proteção das árvores remanescentes, de forma descontínua e circundada por vegetação natural, possibilitando a presença de fragmentos de Mata Atlântica, não prejudicando as relações com o meio físico ao qual está relacionado. Além de gerar recursos financeiros e fixar o homem no meio rural, o sistema conservou recursos hídricos, fragmentos e exemplares arbóreos da floresta original de inestimável valor para o conhecimento agrônomo, florestal e ecológico.

É verdade que a instalação da cacauicultura contribuiu para a fragmentação do contínuo florestal do Sudeste da Bahia. Contudo, lembra Dan Érico Lobão, “a característica de permitir a permanência de populações arbóreas no sombreamento do cacau e de fragmentos florestais inseridos na área de produção é ímpar e benéfica, e minimizou os efeitos negativos da ação inicial. Quando se compara áreas de cabruca com outros modelos agrícolas, é possível perceber suas qualidades conservacionistas”, que se traduz em benefícios como “a capacidade de manter o solo rico em matéria orgânica, o baixo escoamento superficial de água e, por conseguinte, o pouco arraste superficial do solo e a manutenção da qualidade da água do sistema e, ainda, a conservação da diversidade biológica”.

Entretanto, o citado especialista afirma que “os fragmentos remanescentes da Floresta Atlântica da Região Cacaueira da Bahia estão sob forte pressão antrópica e correm risco de desaparecer. Essa pressão compromete o agroecossistema cacaueiro e a sobrevivência das espécies arbóreas de interesse econômico, social e ecológico, bem como da fauna silvestre associada.”

Dan Érico Lobão entende ainda que “o sistema cacau-cabruca pode e deve ser a forma com que o segmento rural poderia participar efetivamente da conservação dos recursos naturais, sem perder a capacidade produtiva. A potencialidade econômica do sistema cabruca é inegável e pode ser efetivada, assim como os benefícios ambientais que ele proporciona são imprescindíveis para conservação do patrimônio natural remanescente.”

O presidente da Câmara Setorial do Cacau – órgão ligado ao Ministério da Agricultura –, Durval Libânio, afirmou recentemente que “o setor caminha para uma fase de expansão, desde que consiga inovar processos e agregar valor ao produto com a formação de arranjos produtivos focados na interface entre cacau, chocolate, turismo e conservação dos biomas brasileiros, principalmente Mata Atlântica e Amazônia.”

Afirmou ainda que “a Câmara Setorial do Cacau quer ampliar a discussão sobre a sustentabilidade do negócio cacau, fortalecendo-a e tornando clara sua transversalidade, uma vez que as condições do cultivo do cacau, bem como das políticas públicas que ditam seus movimentos, impactam a economia, o meio ambiente e o status de vida de milhares de produtores que ainda dependem desta prática – bem como de consumidores do cacau e de seus derivados”

É com o propósito de valorizar a cultura cacaueira que estamos propondo a criação de um Selo Verde para o setor.

Especialistas estimam que a garantia de origem pode agregar entre 3% e 10% na receita final dos produtos agropecuários. Além disso, a certificação da produção favorece o processo de fidelização do comprador, com a garantia de procedência e respeito às normas de produção, ambientais e trabalhistas, podendo atrair novos negócios em um mundo que consome cada vez mais influenciado por exigentes critérios sociais e ambientais.

A principal vantagem competitiva da certificação é a diferenciação e valorização do produto no mercado, pelos seguintes motivos: ela aumenta a credibilidade junto a consumidores e demais instituições e entidades relacionadas aos aspectos sociais e econômicos; atende às novas exigências de mercado (atualmente os consumidores se movimentam em busca de produtos ambiental e socialmente corretos); e aumenta o acesso a novos mercados (a certificação pode gerar novas oportunidades de negócios, principalmente em mercados ambiental e socialmente conscientes).

A valorização do sistema cacau-cabruca vai ajudar também na conservação da Mata Atlântica. A experiência demonstra que a certificação de sistemas de produção sustentáveis traz benefícios socioambientais, dentre os quais poderíamos listar os seguintes:

- redução do impacto ecológico da atividade;
- conservação da capacidade de regeneração das florestas nativas;
- preservação dos habitats de vida silvestre e proteção dos recursos hídricos;
- desenvolvimento econômico das populações locais;
- maior respeito aos direitos dos trabalhadores e das comunidades locais.

- geração de oportunidade de interação e cooperação entre os vários atores envolvidos – proprietários florestais, organizações sociais e ambientais – na solução de problemas relativos ao manejo.

Tendo em vista os inegáveis benefícios sociais, econômicos e ambientais que podem ser alcançados pela certificação do cultivo sustentável do cacau, esperamos poder contar com o apoio dos ilustres pares nesta Casa para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado Félix Mendonça Júnior

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=541161>

Data de Apresentação: 11/04/2012

Ementa: Cria o Selo Verde Cacau Cabruca.

Indexação: Criação, Selo Verde Cacau Cabruca, sustentabilidade, interesse social, responsabilidade ambiental, produção, cacau.

Forma de apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

Tramitação:

11/04/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 3665/2012, pelo Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), que: "Cria o Selo Verde Cacau Cabruca".

11/04/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 12/04/2012

02/05/2012 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de

Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e

Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

02/05/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação do despacho no DCD do dia 03/05/2012

04/05/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

04/05/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPADR.

09/05/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA)

10/05/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 11/05/2012)

23/05/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

12/06/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA).

Parecer do Relator, Dep. Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA), pela aprovação, com substitutivo.

13/06/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 14/06/2012)

28/06/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

04/07/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Vista ao Deputado Nilson Leitão.

04/07/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Devolução de Vista (Dep. Nilson Leitão).

22/08/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

04/09/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Parecer recebido para publicação.

04/09/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Recebimento pela CMADS.

10/09/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 11/09/12, Letra A.

18/09/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Designado Relator, Dep. Giovani Cherini (PDT-RS)

18/10/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

29/11/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CMADS, pelo Dep. Giovani Cherini

Parecer do Relator, Dep. Giovani Cherini (PDT-RS), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo 1 da CAPADR.

05/12/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta, de ofício.

12/12/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - 10:30 Reunião Deliberativa Ordinária

Vista ao Deputado Fernando Marroni.

20/12/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Prazo de Vista Encerrado

13/03/2013 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta pelo Relator.

20/03/2013 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Aprovado o Parecer, contra o voto do Deputado Leonardo Monteiro.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR, Nº 190 DE 2012

Autor: Otavio Leite - PSDB/RJ

Dispõe sobre a base de cálculo do ICMS, para fins de substituição tributária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O art. 8º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.8º.....

.....

§ 4º A margem a que se refere a alínea c do inciso II do caput será estabelecida com base em preços usualmente praticados no mercado considerado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem ou através de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas dos respectivos setores, adotando-se a média ponderada dos preços coletados, devendo os critérios para sua fixação e as próprias margens de valor agregado-MVA serem previstos em lei estadual.

.....

§ 7º Atendidos os critérios previstos em lei estadual, o Poder Executivo poderá alterar as margens de valor agregado – MVA a que refere o § 4º, quando a alteração resultar em redução do imposto devido.”

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - o ICMS trata, em seu art. 8º, do instituto da substituição tributária. Determina que, em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, a base de cálculo será o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído.

Em relação às operações ou prestações subsequentes, a base de cálculo será obtida pelo total resultante do valor da operação ou prestação própria realizada pelo substituto tributário ou pelo substituído intermediário, adicionado ao montante dos valores de seguro, de frete e de outros encargos cobrados ou transferíveis aos adquirentes ou tomadores de serviço, e da margem de valor agregado - MVA, inclusive lucro, relativa às operações ou prestações subsequentes. Conforme prevê o § 4º do art. 8º, a margem de valor agregado – MVA será estabelecida com base em preços usualmente praticados no mercado considerado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem ou através de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas dos respectivos setores, adotando-se a média ponderada dos preços coletados, devendo os critérios para sua fixação ser previstos em lei.

A substituição tributária foi instituída para preservar a isonomia entre os contribuintes e reduzir os custos da administração fazendária. Assim sendo, mostra-se adequada quando, para determinada mercadoria, existe um número relativamente reduzido de contribuintes em uma etapa do processo de produção ou de distribuição, e um número muito grande na etapa seguinte, geralmente, a comercialização. A autoridade tributária confere então a um número menor de contribuintes a responsabilidade pelo pagamento de todo o imposto que deve incidir sobre a tal mercadoria. A prática de alguns fiscos estaduais, entretanto, está

ferindo os princípios constitucionais que regem o poder e o dever de tributar, particularmente a previsibilidade e a transparência.

Assim, promovem alterações nas margens de valor agregado – MVA, com critérios pouco transparentes e com vigência imediata, que resultam sempre em elevação da carga tributária. Por essa razão, estamos propondo alteração no art. 8º, § 4º, prevendo que, além dos critérios, as margens de valor agregado - MVA sejam fixadas em lei estadual. Um novo parágrafo ao mesmo artigo visa a assegurar ao Poder Executivo estadual a competência para promover alterações nas margens de valor agregado - MVA, quando resultarem em redução da carga tributária. Entendemos que a proposta que ora apresentamos aperfeiçoa a legislação tributária, e assegura previsibilidade e transparência no exercício da imposição e cobrança do principal imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal, o ICMS.

A presente proposta tem origem na insatisfação dos micros e pequenos empresários do estado do Rio de Janeiro, diante da injustiça tributária que sofrem em função do modelo de substituição tributária praticada pela fazenda estadual. Vale ressaltar que corroboram com o projeto em tela as seguintes instituições: FIRJAN, ASSCOM-RJ, SESCON-RJ, CDL-RJ e Sindilojas-Rio, em conjunto com o Deputado Estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB).

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares nesta iniciativa.

Deputado Otavio Leite

PSDB/RJ

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=550441>

Data de Apresentação: 03/07/2012

Ementa: Dispõe sobre a base de cálculo do ICMS, para fins de substituição tributária.

Indexação: Alteração, Lei Kandir, base de cálculo, ICMS, substituição tributária.

Forma de apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de Tramitação: Prioridade

Tramitação:

03/07/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei Complementar n. 190/2012, pelo Deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), que: "Dispõe sobre a base de cálculo do ICMS, para fins de substituição tributária".

03/07/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 04/07/2012.

06/08/2012 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de

Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e

Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de Tramitação: Prioridade

06/08/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação do despacho no DCD do dia 07/08/2012.

09/08/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

09/08/2012 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Recebimento pela CFT.

28/08/2012 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Designado Relator, Dep. Guilherme Campos (PSD-SP)

13/03/2013 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CFT, pelo Deputado Guilherme Campos (PSD-SP).

Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

PROJETO DE LEI, Nº 1.370 DE 2011

Autor: Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB /SP

Proíbe a utilização de dióxido de titânio em alimentos e cosméticos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a adição de dióxido de titânio em alimentos e cosméticos.

Art. 2º O descumprimento sujeitará os infratores às penas previstas na Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

Justificativa

O dióxido de titânio é um pigmento branco inorgânico bastante usado em cosméticos, tintas e corantes de alimentos. Em bloqueadores solares, seu uso é bastante comum em virtude de sua propriedade física de barrar a radiação da luz solar. No entanto, tem sido levantada a preocupação com a deposição deste composto nas águas, uma vez lavado da pele e levado pelo esgoto doméstico. O temor é que, ao impedir a penetração da luz solar, ele possa provocar alterações no ambiente dos organismos aquáticos, a começar pelas algas.

Já existem normas que disciplinam o destino de tintas de forma a evitar a contaminação ambiental. Além disto, seu uso é restrito, e feito por profissionais. Porém, no caso do uso amplo de cosméticos pela população, tal controle torna-se impraticável. Junte-se a isto o argumento de que existem compostos mais eficazes para a proteção solar que o óxido de titânio, e veremos que ele pode ser substituído em nome de maior segurança para o meio ambiente.

No caso de alimentos, apesar de admitido como aditivo não apenas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária mas por outros órgãos mundiais, estudos indicam potencial de causar lesões inflamatórias no trato intestinal de animais de experimentação. Devo salientar que existem muito poucas pesquisas sobre os riscos de seu uso. Novamente, como seu emprego é basicamente para colorir, sugere o bom senso que ele também não integre a composição de alimentos.

O descumprimento à proibição de usar o dióxido de titânio será considerado infração à legislação sanitária federal.

Desta forma, pensando em proteger a coletividade, apresentamos o presente Projeto de Lei, que veda o uso do dióxido de titânio em cosméticos e alimentos. Esperamos contar com o apoio dos ilustres

Pares para sua aprovação.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=502584

Data de apresentação: 17/05/2011

Ementa: Proíbe a utilização de dióxido de titânio em alimentos e cosméticos.

Indexação: Proibição, adição, produto químico, alimento, cosmético.

Forma de Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária

Tramitação:

17/05/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei n. 1370/2011, pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), que: "Proíbe a utilização de dióxido de titânio em alimentos e cosméticos".

17/05/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação inicial no DCD do dia 18/05/2011

25/05/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária

25/05/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Publicação do despacho no DCD do dia 26/05/2011

26/05/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial

26/05/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Recebimento pela CMADS.

28/07/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Designado Relator, Dep. Marcos Montes (DEM-MG)

03/08/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 04/08/2011)

16/08/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda.

20/03/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Devolvida sem Manifestação.

23/03/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Designado Relator, Dep. Marco Tebaldi (PSDB-SC)

09/05/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CMADS, pelo Deputado Marco Tebaldi (PSDB-SC).

Parecer do Relator, Dep. Marco Tebaldi (PSDB-SC), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2011 da CMADS.

23/05/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Aprovado requerimento de retirada de pauta do Deputado Márcio Macêdo.

30/05/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Aprovado requerimento de retirada de pauta do Deputado Márcio Macêdo.

03/07/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Apresentação do Voto em Separado n. 1 CMADS, pelo Deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP).

22/08/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Vista à Deputada Marina Santanna.

29/08/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Prazo de Vista Encerrado

19/09/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta, de ofício.

09/10/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

Apresentação do Voto em Separado n. 2 CMADS, pelo Deputado Márcio Macêdo (PT-SE).

Apresentação do Voto em Separado n. 3 CMADS, pelo Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG).

07/11/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Discutiram a Matéria: Dep. Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), Dep. Penna (PV-SP) e Dep. Leonardo Monteiro (PT-MG).

Aprovado o Parecer, contra os votos dos Deputados Fernando Marroni, Bernardo Santana de Vasconcellos, Leonardo Monteiro e Marina Santanna. Os Deputados Ricardo Tripoli, Márcio Macêdo e Bernardo Santana de Vasconcellos apresentaram votos em separado.

09/11/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Parecer recebido para publicação.

09/11/2012 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

Recebimento pela CSSF.

19/11/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável publicado no DCD de 20/11/12, Letra A.

14/03/2013 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

Designado Relator, Dep. André Zacharow (PMDB-PR)

20/03/2013 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 21/03/2013)

PROJETO DE LEI Nº 1.637, DE 2007

Autor: Carlos Bezerra

Dispõe sobre oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas, cujo objeto seja a divulgação e a promoção de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas, cujo objeto seja a divulgação e a promoção de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional, quaisquer que sejam as formas e meios de sua veiculação, ficam sujeitas às seguintes restrições:

I - obrigatoriedade de inclusão de mensagens de advertência de cunho sanitário;

II - veiculação na mídia televisiva e eletrônica restrita ao horário das 21 às 6 horas;

III - proibição de informar ou sugerir, por qualquer meio, qualidades nutricionais ou benefícios à saúde que não correspondam à realidade do produto;

IV - proibição de concessão de brindes ou prêmios pelas empresas que comercializam esses produtos;

V - proibição de veiculação durante programação infantil;

VI - impedimento de utilização de figuras, desenhos, personalidades e personagens que sejam cativos ou admirados pelo público infantil;

VII - proibição de veiculação nas instituições de ensino infantil ou fundamental e em outras entidades públicas ou privadas destinadas a fornecer cuidados às crianças, bem como na produção de material educativo e em eventos de incentivo à cultura, educação ou desporto.

Art. 2º O disposto no art. 1º não se aplica aos produtos in natura.

Art. 3º Os fornecedores de alimentos, na publicidade de seus produtos, deverão manter em seu poder, à disposição da autoridade sanitária, a peça publicitária, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

Art. 4º A inobservância do disposto nesta Lei configura infração sanitária, nos termos da Lei no. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis.

Art. 5º Cabe ao órgão máximo do sistema de vigilância sanitária nacional regulamentar esta lei no prazo de 60 dias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A proposição que apresentamos constitui-se em mais uma contribuição à luta para reverter o lamentável processo, que coloca, pela primeira vez, depois de várias décadas, a triste perspectiva de nossas futuras gerações viverem menos do que seus pais e avós.

A pandemia de obesidade é uma das mais sérias ameaças que paira sobre, praticamente, todos os povos e todos os países. Ela está associada às várias das principais causas de morte de milhões de pessoas, e esse quadro se tornará ainda mais grave, caso não se reverta seu ritmo de crescimento.

Estudos apontam que entre 40% e 90% dos óbitos anuais por Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNT), de acordo com o grupo de doenças, poderiam ser evitados se a população tiver garantido o acesso universal a uma alimentação adequada e saudável.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada em 2002-2003, pelo IBGE e Ministério da Saúde, revela que estes agravos alcançam grande expressão em todas as regiões do País, no meio urbano e rural e em todas as classes de rendimentos. A obesidade, caracterizada por IMC(Índice de Massa Corporal) igual ou superior a 30kg/m², afeta 8,9% dos homens adultos e 13,1% das mulheres adultas do País.

Essa pesquisa mostrou que, em pouco mais de duas décadas, a prevalência de obesidade triplicou entre crianças e adolescentes de 6 a 18 anos: em 1975 era de 4,1% e cresceu assustadoramente para 13,9%, em 1997.

Essa tendência de crescimento da obesidade na população mais jovem também se manifestou em dados mais recentes de estudos realizados na Região Sudeste, em amostra de 10.822 escolares de 7 a 10 anos. Nele foram observadas as elevadíssimas taxas de sobrepeso de 15,7% e de 18% de obesidade. Foram, ainda, encontradas prevalências de obesidade de 16,9% e de 14,3% entre meninos e meninas de escolas públicas, respectivamente. Em escolas particulares, a situação é ainda pior. As taxas de obesidade alcançaram 29,8% em meninos e 20,3% em meninas.

Como se pode observar, todas pesquisas, inquéritos ou estudos apontam o vertiginoso crescimento generalizado da obesidade. Mas, dentre suas particularidades, a situação mais grave é a do incontável progresso da obesidade infantil.

Essa realidade, pela sua perversidade e contundência, fez com que a Organização Mundial da Saúde – OMS, lançasse uma ampla ação, denominada Estratégia Global contra a Obesidade.

Suas recomendações são simples, tanto no campo da atividade física, quanto dos hábitos alimentares. Neste, estimulam a manutenção do equilíbrio energético e do peso saudável e recomendam a não ingestão energética procedente de gorduras, o aumento do consumo de frutas, legumes e verduras, cereais integrais e leguminosas e a redução do consumo de açúcar e sal.

Nessa verdadeira cruzada para viabilizar medidas tão básicas quanto essenciais, a OMS propõe uma ampla articulação política e uma ação intersetorial, que coloque a luta contra a obesidade como uma política de governo, onde todos os setores da sociedade estejam mobilizados e colaborando, inclusive e especialmente o Legislativo.

No Brasil, não temos o direito de estar ausentes desta iniciativa mundial. Pelo contrário, não se podem poupar esforços para reverter a lamentável realidade brasileira, especialmente de suas crianças e jovens.

Temos, para tanto, que nos pautar em preceitos, que coloquem a defesa da saúde e da vida do cidadão brasileiro acima dos grandes interesses da indústria e do comércio de alimentos. Sabemos o quão forte são suas estratégias de marketing e comercialização, que tanto influenciam diretamente no consumo de produtos nocivos à saúde.

Dentro de uma série de medidas de combate em defesa de uma alimentação saudável, destaca-se a iniciativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de regular a propaganda de alimentos com forte potencial de trazer prejuízos à saúde, seja por serem consumidos em grande escala pela população brasileira, especialmente as crianças, seja por conterem substâncias que devem ser ingeridas com cautela.

A ANVISA abriu a Consulta Pública 71, de 2006, que apresenta proposta de Regulamento Técnico sobre oferta, propaganda, publicidade, informação e a outras práticas correlatas cujo objeto seja a divulgação ou promoção de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de bebidas com baixo teor nutricional.

A sua justificativa se apóia, dentre um conjunto de fundamentos, na legislação sanitária, do consumidor, da criança e do adolescente, na realidade sanitária e, com destaque, no papel da propaganda, que atinge preferencialmente crianças e jovens, na formação dos hábitos alimentares.

A ANVISA cita algumas pesquisas para embasar sua proposta. A realizada, em 2003, pelo Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília (UnB) detectou que 89,7% das peças publicitárias analisadas destinadas ao público infantil eram de alimentos ricos em açúcar e gordura. Outra pesquisa, publicada no *Pediatrics International*, em 2005, detectou que crianças de até sete anos acreditam em todas as mensagens transmitidas pelas propagandas de televisão e por isto estariam mais vulneráveis.

Merece atenção a pesquisa “A Influência da Propaganda na TV na Dieta Infantil”, conduzida pela Dra. Gabriela Halpern – Unifesp. Nela, foram analisados 645 comerciais tradicionais, merchandising e

patrocínios veiculados à programação infantil e entrevistadas 235 crianças de 6 a 10 anos de escolas públicas e particulares de São Paulo.

Os resultados revelam que: chocolate, bolacha recheada, sorvete, guloseimas em geral, aparecem em 37% das propagandas na programação infantil; apenas 05 comerciais mencionaram as características nutricionais dos produtos; todos os alimentos anunciados na programação infantil foram consumidos no lanche escolar ou pedidos aos pais durante a pesquisa; predomínio da opção por lanches rápidos, onde se encontra excesso de gordura, sal e açúcar e falta de vitaminas, sais minerais e fibras.

Todas essas evidências não foram suficientes para evitar resistências dos setores interessados da produção, comercialização e propaganda de alimentos à regulamentação proposta pela ANVISA.

Predominam os argumentos de que não seria necessária a intervenção estatal ou a até mesmo a de sua inconstitucionalidade.

A argumentação de que, ao invés de restringir a propaganda, deveríamos incentivar o consumo de alimentos saudáveis, sem desmerecermos sua importância, fica comprometida ao constatarmos que a verba para divulgar uma marca de refrigerante é cem vezes maior que o orçamento que o Inca tem para a campanha de incentivo ao consumo de frutas e vegetais

Por outro lado, para alguns, se uma agência governamental baixa normas a respeito de publicidade, estaria invadindo o poder do Congresso Nacional. Consideram que o papel da ANVISA, como órgão do Poder Executivo, limita-se a subsidiar a elaboração de projeto de lei, a ser submetido à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

Pela extrema relevância da matéria e para que não corressemos riscos de questionamento judicial da iniciativa, optamos pela apresentação deste Projeto de Lei, que se utilizou dos fundamentos, dos princípios e dos principais dispositivos do Regulamento Técnico colocado para consulta pública pela ANVISA.

Assim, nossa proposição estabelece um conjunto de restrições para a oferta, a propaganda e informação, objetivando tanto adultos quanto crianças, mas com atenção especial para estas. Assim, está vedada qualquer propaganda, informação ou oferta de alimentos, valorizando inadequadamente suas qualidades e ocultando seus prejuízos. Toda peça publicitária está obrigada inserir mensagem de advertência sobre os riscos do consumo.

Para as crianças, os cuidados foram maiores, proibindo-se a propaganda em programas infantis e em escolas, e impedindo o uso de expedientes de convencimento pouco aceitáveis, como a vinculação do produto a personagens objetos, e outros da preferência do público infantil.

Pelas suas competências e deveres e sua capacidade técnica e operacional, destinou-se à ANVISA - órgão máximo do sistema de vigilância sanitária nacional – a responsabilidade de regulamentar a lei.

Entendemos estarmos oferecendo à sociedade e às autoridades sanitárias mais uma relevante instrumento nesta batalha contra a obesidade e suas trágicas repercussões. O Congresso Nacional, aprovando este Projeto de Lei, dará mais um importante passo em defesa da saúde e da vida dos brasileiros.

Certos da dimensão da iniciativa apresentada e da sensibilidade social dos meus ilustres pares, conclamo-os a apoiar este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado CARLOS BEZERRA

PL/RJ

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=360369>

Data de Apresentação: 17/07/2007

Ementa: Dispõe sobre oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas, cujo objeto seja a divulgação e a promoção de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional.

Indexação: Restrição, publicidade, propaganda comercial, alimentos, composição, açúcar, gordura, sódio, obrigatoriedade, inclusão, mensagem, advertência, limitação, horário, divulgação, emissora, televisão, proibição, prêmio, propaganda enganosa, benefício, saúde.

Forma de Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária

Tramitação:

17/07/2007 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT).

17/08/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária

17/08/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.

21/08/2007 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 22/08/07 PÁG 41374 COL 02.

22/08/2007 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Recebimento pela CCTCI.

13/09/2007 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Designado Relator, Dep. Roberto Rocha (PSDB-MA)

14/09/2007 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 17/09/2007)

02/10/2007 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

08/08/2008 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Apense-se a este o PL-3793/2008.

17/12/2008 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Apense-se a este o PL-4462/2008.

11/03/2010 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Devolvida sem Manifestação.

17/03/2010 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Designado Relator, Dep. Julio Semeghini (PSDB-SP)

24/05/2010 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Apense-se a este o PL-7304/2010.

16/07/2010 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Apense-se a este(a) o(a) PL-7644/2010.

Apense-se a este(a) o(a) PL-7667/2010.

16/12/2010 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Devolvida sem Manifestação.

31/01/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011 - Suplemento ao nº 14.

15/02/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-79/2011.

07/04/2011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Designado Relator, Dep. Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)

08/04/2011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 11/04/2011)

26/04/2011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

06/09/2011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCTCI, pelo Deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG).

Parecer do Relator, Dep. Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), pela rejeição deste, do PL 3793/2008, do PL 4462/2008, do PL 7304/2010, do PL 7644/2010, do PL 7667/2010, do PL 7174/2010, e do PL 7648/2010, apensados.

14/09/2011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) - 10:00

Reunião Deliberativa Ordinária

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

16/09/2011 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Recebimento pela CDEIC, com as proposições PL-3793/2008, PL-4462/2008, PL-7174/2010, PL-7304/2010, PL-7644/2010, PL-7667/2010, PL-7648/2010 apensadas.

16/09/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Parecer recebido para publicação.

19/09/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática publicado no DCD de 20/09/11, Letra A.

27/09/2011 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Designado Relator, Dep. José Augusto Maia (PTB-PE)

29/09/2011 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 30/09/2011)

10/10/2011 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

15/12/2011 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDEIC, pelo Deputado José Augusto Maia (PTB-PE).

Parecer do Relator, Dep. José Augusto Maia (PTB-PE), pela aprovação deste e pela rejeição do PL 3.793/2008, do PL 4.462/2008, do PL 7.304/2010, do PL 7.644/2010, do PL 7.667/2010, do PL 7.174/2010 e do PL 7.648/2010, apensados.

14/03/2012 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta pelo Relator.

21/03/2012 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta, de ofício, para refazer o parecer.

28/03/2012 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Devolvido ao Relator, Dep. José Augusto Maia (PTB-PE), para alterações no parecer.

15/05/2012 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Designado Relator, Dep. Damião Feliciano (PDT-PB), em consonância ao art. 52, § 3º do RICD.

12/09/2012 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CDEIC, pelo Deputado Damião Feliciano (PDT-PB).

Parecer do Relator, Dep. Damião Feliciano (PDT-PB), pela rejeição deste e do PL 3793/2008, do PL 4462/2008, do PL 7304/2010, do PL 7644/2010, do PL 7667/2010, do PL 7174/2010 e do PL 7648/2010, apensados.

21/11/2012 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta, de ofício.

28/11/2012 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

07/12/2012 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

Recebimento pela CSSF, com as proposições PL-3793/2008, PL-4462/2008, PL-7174/2010, PL-7304/2010, PL-7644/2010, PL-7667/2010, PL-7648/2010 apensadas.

07/12/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Parecer recebido para publicação.

18/12/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio publicado no DCD de 19/12/12, Letra B.

14/03/2013 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

Designado Relator, Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS)

20/03/2013 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 21/03/2013)

PROJETO DE LEI, Nº 1.299 DE 2007

Autor: Márcio França - PSB /SP

Estabelece programa de certificação para o etanol e a participação governamental sobre a sua produção.

Art. 1º A União estabelecerá programa de qualidade do álcool combustível com o objetivo de garantir a sua padronização, a qualidade e sustentabilidade da sua produção.

Art. 2º Os critérios e os parâmetros para a certificação serão estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro – para a cadeia produtiva de cana de açúcar, observando-se as seguintes condições:

I – leis trabalhistas, segurança e remuneração do trabalho;

II – gestão ambiental;

III – uso e reuso da água;

IV – desmatamento e reflorestamento;

V – técnicas de manejo e transporte;

VI – aspectos físicos químicos do produto final.

Art. 3º A certificação disporá sobre a participação de royalties governamentais em montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da produção de etanol, a ser recolhido pelas usinas.

Art. 4º O valor do royalty terá a seguinte distribuição:

I – Cinquenta por cento aos Estados onde ocorrer a produção do etanol;

II – Quinze por cento aos Municípios onde ocorrer a produção do etanol;

III - Sete inteiros e cinco décimos aos Municípios onde ocorrer a produção de cana de açúcar e que não possuem usinas de beneficiamento;

III – Sete inteiros e cinco décimos aos Municípios que sejam afetados pelas operações de transporte, embarque e desembarque de etanol;

III – Vinte por cento ao Ministério de Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do etanol.

Art. 5º Esta lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias, a partir da data de sua publicação.

Justificativa:

A conscientização das pessoas sobre os perigos do aquecimento global é a pressão que faltava para os países darem prioridade aos combustíveis alternativos, que ganharam programas específicos ao redor do mundo e colocaram no centro do debate a produção de etanol. A corrida mundial pelo etanol provocou uma explosão de investimentos no Brasil.

Há 88 projetos de novas usinas em curso, com aporte estimado em US\$ 17,7 bilhões, que elevarão a produção do país de 3,5 bilhões de litros em 2006 para 28 bilhões de litros por ano até 2010.

As perspectivas para o mercado internacional também impressionam. Estudos apontam que, até 2010, a União Europeia precisará importar 246 milhões de litros ao ano para consumo próprio. No Japão, a demanda será de 773 milhões de litros/ano; nos EUA, 407 milhões e na China, 71 milhões.

O cenário para o etanol é promissor para o Brasil, que por quase três décadas foi o único país a adotar o combustível. Mas o país terá de se esforçar para manter o destaque que ocupa hoje na área de etanol, em que disputa juntamente com os EUA a posição de maior produtor do mundo. Para manter-se como grande player o Brasil terá que superar alguns obstáculos que hoje inviabilizam o avanço das exportações de

etanol. Entre eles, a padronização e certificação do álcool brasileiro, pois não basta ter o menor custo mundial de produção para ser competitivo no mercados global.

A exportação brasileira de etanol começa a ser alvo de restrições comerciais: subsídios, tarifas, normas técnicas e barreiras ambientais e sociais. Há, por outro lado, uma demanda internacional de qualidade principalmente por parte do Japão e da EU. A EU já exige que os países exportadores de biocombustíveis certifiquem seus produtos e garantam tanto a qualidade quanto a sustentabilidade a produção.

O presente projeto de lei permite ao Brasil adiantar-se a essas pressões e estabelecer parâmetros para a certificação do álcool combustível, pois o país precisa comprovar que o etanol não é produzido às custas da destruição de florestas e de más condições de trabalho.

A certificação permitirá que as usinas padronizem a sua produção, alcancem o mercado mundial e comprovem que a produção é sustentável social e ambientalmente, o que ajudará a transformar o combustível em commodity, estimulando a venda ao mercado externo.

Ente os itens a serem analisado e normatizados estão o respeito às leis trabalhistas, de saúde e segurança do trabalho, remuneração, gestão ambiental, uso e reuso da água, desmatamento, reflorestamento, técnicas de manejo, transporte e aspectos físico-químicos do álcool. O Objetivo é que as normas abranjam todos os elos da cadeia produtiva da cana-de-açúcar (propriedades, usinas, transporte e distribuição).

Além de ajudar na criação de um mercado internacional, transformando o etanol em uma commodity, a padronização garantirá o abastecimento nos mercados interno e externo e evitará uma crise no futuro.

Por outro lado, a cultura da cana causa efeitos devastadores sobre a terra onde é plantada. Daí a necessidade de se criar um royalty de 5% sobre o valor da produção de álcool dado que há uma degradação do meio ambiente e das condições de produção, pois a cana vai tomando o espaço de culturas também tradicionais, como as da laranja, do café, do milho e a pecuária. Além disso, há uma substituição de outras culturas mais estruturantes pela de cana-de-açúcar que vem crescendo nos últimos anos, com a maior demanda pelo álcool. Outro aspecto é o social, que também será prejudicado pela cultura da cana.

Cinquenta por cento da arrecadação dos royalties serão destinados ao Estado onde ocorrer a produção de etanol; quinze por cento ao município onde ocorrer a produção de etanol; os municípios onde há lavoura canavieira mas que não possuem usinas de beneficiamento receberão sete e meio por cento; os municípios afetados pelas operações de transporte, embarque e desembarque de etanol receberão 7,5% dos royalties.

Além disso o projeto lei promove parcerias em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor ao destinar 25% da arrecadação dos royalties para pesquisa e desenvolvimento. É indispensável o aumento dos investimentos em P& para tornar a cana-de-açúcar brasileira ainda mais competitiva. Mais do que exportar o biocombustível, o Brasil deve vender aos outros países o conhecimento e a tecnologia que detém na produção de etanol.

É importante reforçar a necessidade de ampliar aportes em pesquisas para fazer frente aos avanços americanos. A ameaça que nós temos é o desafio da lignocelulose, um processo enzimático de produzir etanol a partir da celulose. A lignocelulose promete amplas possibilidades de produção de etanol a partir de bagaço-de-cana.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=355011

Data de Apresentação: 12/06/2007

Ementa: Estabelece programa de certificação para o etanol e a participação governamental sobre a sua produção.

Explicação da Ementa: Estabelece programa de qualidade do álcool combustível.

Indexação: Programa, certificação, álcool etílico anidro combustível, combustível alternativo, padronização, qualidade, produção, critérios, (Inmetro), participação, usina, percentual, royalties, compensação financeira, distribuição, Estados, Municípios, Ministério de Ciência e Tecnologia.

Forma de Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

Tramitação:

12/06/2007 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Márcio França (PSB-SP).

28/06/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Minas e Energia; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de Tramitação: Ordinária

28/06/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.

29/06/2007 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 30 06 07 PAG 33530 COL 01.

02/07/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Recebimento pela CME.

03/07/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Designado Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP)

06/07/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 09/07/2007)

02/08/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

11/09/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CME, pelo Dep. Arnaldo Jardim

11/09/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP), pela aprovação, com emendas.

26/09/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Retirado de pauta a Requerimento aprovado do Relator.

27/09/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Apense-se a este o PL-1943/2007.

27/09/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Devolvido ao Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP)

26/11/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CME, pelo Dep. Arnaldo Jardim

26/11/2007 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP), pela rejeição deste, e do PL 1943/2007, apensado.

12/03/2008 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Retirado de pauta a Requerimento aprovado do Deputado Edmilson Valentim.

28/05/2008 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Retirado de pauta a Requerimento aprovado do Deputado Edmilson Valentim.

29/10/2008 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Vista ao Deputado Brizola Neto.

04/11/2008 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Prazo de Vista Encerrado

05/11/2008 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Devolvido ao Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP)

25/11/2010 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CME, pelo Deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP).

25/11/2010 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP), pela aprovação deste, e do PL 1943/2007, apensado, com substitutivo.

26/11/2010 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 29/11/2010)

09/12/2010 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

31/01/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011.

04/03/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-603/2011.

21/03/2011 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 22/03/2011)

05/04/2011 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

13/04/2011 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Apresentação do Requerimento n. 35/2011, pelos Deputados Arnaldo Jardim (PPS-SP) e Padre João (PT-MG), que: "Requer, nos termos do art. 117, VI, do RICD, a retirada de pauta do PL 1.299/2007, de autoria do Sr. Márcio França".

13/04/2011 - Comissão de Minas e Energia (CME) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta a requerimento aprovado do Deputado Arnaldo Jardim, relator, e do Deputado Padre João.

13/04/2011 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Aprovado requerimento dos Srs. Arnaldo Jardim e Padre João que requer, nos termos do art. 117, VI, do RICD, a retirada de pauta do PL 1.299/2007, de autoria do Sr. Márcio França.

14/04/2011 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Devolvido ao Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP)

04/05/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Apense-se a este(a) o(a) PL-1040/2011.

27/06/2012 - Comissão de Minas e Energia (CME)

Apresentação do Parecer do Relator n. 4 CME, pelo Deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP).

Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP), pela rejeição deste, do PL 1943/2007, e do PL 1040/2011, apensados.

04/07/2012 - Comissão de Minas e Energia (CME) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

04/07/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Parecer recebido para publicação.

04/07/2012 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Recebimento pela CDEIC, com as proposições PL-1943/2007, PL-1040/2011 apensadas.

06/07/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Minas e Energia publicado no DCD de 07/07/12, Letra A.

11/07/2012 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Designado Relator, Dep. Antonio Balhmann (PSB-CE)

12/07/2012 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 13/07/2012)

09/08/2012 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

07/03/2013 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDEIC, pelo Deputado Antonio Balhmann (PSB-CE).

Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann (PSB-CE), pela rejeição deste, do PL 1943/2007, e do PL 1040/2011, apensados.

13/03/2013 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta pelo Relator.

20/03/2013 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária

Discutiu a Matéria o Dep. João Maia (PR-RN).

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 427 DE 2012

Autora: Lídice da Mata

Institui a Política Nacional de Defesa Agropecuária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Defesa Agropecuária – PNDA, que tem por finalidade a proteção do meio ambiente, da economia nacional e da saúde humana.

Parágrafo único. A Política Nacional de Defesa Agropecuária será implementada em consonância com o disposto na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e na legislação sanitária e ambiental.

Art. 2º Para fins desta Lei ficam estabelecidos os seguintes conceitos:

I - Defesa agropecuária – conjunto de normas e ações integradas por sistemas públicos e privados, sob o princípio aglutinador da preservação ou melhoria da condição zoofitossanitária, em todo o território nacional, garantindo, assim, a proteção da saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, além da identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária dos alimentos e demais produtos agropecuários;

II -Vigilância sanitária – atividade de fiscalização, controle, orientação técnica e educação sanitária, realizada nos processos e etapas de produção, industrialização, distribuição, comercialização e consumo de produtos;

III -Fiscalização sanitária – atividade realizada mediante auditorias ou inspeções, para a coleta de informações e documentos; de análise de conformidades ou não conformidades com as regra vigentes, realizada exclusivamente por um profissional habilitado e qualificado para tal função;

IV -Auditoria sanitária – atividade de fiscalização que não exige um processo previamente autuado;

V -Inspeção sanitária – atividade de fiscalização realizada mediante processo previamente autuado;

VI -Educação sanitária – atividade de informação à população ou de formação profissional, voltada para a defesa agropecuária;

VII -Certificação de conformidade sanitária – ação de comprovação da inexistência de perigos ao meio ambiente, à segurança da atividade agropecuária, florestal e aquícola, e à saúde humana, assegurada mediante emissão de certificado por profissional tecnicamente e legalmente habilitado.

CAPÍTULO I

Da Política Nacional de Defesa Agropecuária – PNDA

Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Defesa Agropecuária – PNDA, assegurar:

I - a sanidade vegetal;

II -a sanidade animal;

III -a segurança e a eficácia dos insumos e a idoneidade dos serviços utilizados na agropecuária;

IV -a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores;

V -barreiras à entrada de pragas, doenças e de espécies exóticas que ameacem a estabilidade dos ecossistemas locais do País e sua biodiversidade;

VI -a prevenção de prejuízos às economias locais e nacional decorrentes de danos à produção ou de barreiras sanitárias internas e externas.

§ 1º Na busca dos objetivos referidos no caput, o Poder Público desenvolverá, permanentemente, as seguintes atividades:

I - vigilância sanitária vegetal;

II -vigilância sanitária animal;

III -fiscalização e classificação de produtos de origem vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico;

IV -fiscalização e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico;

V -fiscalização da produção e distribuição dos insumos e dos serviços usados, nas atividades agropecuárias;

VI -fiscalização das atividades agropecuárias e do transporte e comercialização dos seus produtos.

§ 2º As atividades constantes do § 1º serão organizadas de forma a garantir o cumprimento da legislação vigente que trate da defesa agropecuária, segurança alimentar e dos compromissos internacionais firmados pela União.

§ 3º As ações de vigilância sanitária são realizadas exclusivamente por servidor público profissional legalmente habilitado e registrado nos órgãos oficiais de fiscalização do exercício profissional.

Art. 4º Compete ao Poder Público, nos três níveis de governo, coordenar e executar as atividades da Política Nacional de Defesa Agropecuária em todo o território nacional, com os seguintes objetivos:

I - prevenir, controlar e erradicar os agentes patogênicos das enfermidades dos animais, de pragas e doenças de vegetais ou de outras espécies de interesse econômico e ambiental;

II -fiscalizar os produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal e animal, os insumos agropecuários, destinados à comercialização, bem como os estabelecimentos produtores;

III -definir os procedimentos laboratoriais;

IV -definir os padrões de qualidade, as condições de comercialização, consumo e uso dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal ou outras espécies de interesse econômico, e dos insumos agropecuários;

V -estabelecer normas e padrões para a classificação dos produtos agropecuários;

VI -estabelecer normas e procedimentos e manter um serviço permanente de vigilância epidemiológica nas áreas de zoo e fitossanidade;

VII -estabelecer normas para o uso de corantes, aromatizantes, flavorizantes, aditivos e edulcorantes, artificiais ou não, em alimentos e bebidas.

Art. 5º A Política Nacional de Defesa Agropecuária terá programas plurianuais e planos operativos anuais, nos três níveis de governo, coordenados e integrados entre si, elaborados por entidades oficiais que realizam a defesa agropecuária.

Art. 6º Tendo em vista os objetivos da Política Nacional de Defesa Agropecuária, com relação a vegetais, animais e outras espécies de interesse econômico ou ambiental, o regulamento tratará dos seguintes temas:

I - importação e exportação de seus produtos e subprodutos;

II - comércio e trânsito;

III -inspeção de portos e postos de fronteiras municipais, estaduais e nacional;

IV -desinfecção, profilaxia, erradicação e combate das doenças, pragas e espécies exóticas;

V -fiscalização da produção, comercialização, transporte, armazenamento e uso de insumos agropecuários, respeitando-se a legislação específica vigente sobre o assunto;

VI -infrações e penalidades e processo administrativo correspondente;

VII -certificação de conformidade sanitária;

VIII -ações de assistência técnica e extensão rural para atendimento dos objetivos tratados no regulamento.

Art. 7º A certificação de conformidade sanitária poderá ser feita por profissional legalmente habilitado e registrado nos órgãos oficiais de fiscalização do exercício profissional, e é condição necessária para o trânsito e comércio de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos, e outras espécies de interesse econômico ou ambiental.

§ 1º O certificado de conformidade sanitária será emitido obrigatoriamente conforme modelo único a ser definido pelo Poder Público em regulamento.

§ 2º O profissional que emitir o certificado de conformidade sanitária é o responsável direto pelas informações nele constantes e por eventuais inconformidades ou desrespeito à legislação sanitária, ambiental ou de saúde, respondendo civil e penalmente nos termos da legislação vigente e do regulamento.

Art. 8º Anualmente será prevista no orçamento federal a alocação dos recursos necessários à execução das ações da Política Nacional de Defesa Agropecuária, conforme demanda estabelecida nos planos operativos anuais.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, serão destinados no orçamento federal recursos para aplicação em pesquisas científicas e tecnológicas voltadas para a consecução dos objetivos da Política Nacional de Defesa Agropecuária.

CAPÍTULO II

Do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA

Art. 9º Visando à promoção da saúde, as ações de implantação da Política Nacional de Defesa Agropecuária serão organizadas, sob a coordenação do Poder Público nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, e no âmbito de sua competência, em um Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, articulado, no que for atinente à saúde pública, com o Sistema Único de Saúde – SUS, de que trata a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, do qual participarão:

- I - serviços e instituições oficiais das instâncias locais, intermediárias e central;
- II - produtores e trabalhadores rurais, suas organizações e técnicos que lhes prestam assistência;
- III - órgãos de fiscalização das categorias profissionais diretamente vinculadas à defesa agropecuária;
- IV - entidades gestoras de fundos organizados pelo setor privado para complementar as ações públicas no campo da defesa agropecuária.

§ 1º O município, como instância local do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, será considerado unidade geográfica básica para a organização e o funcionamento dos serviços oficiais de defesa agropecuária.

§ 2º À União, como instância central e superior do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, compete:

- I - a vigilância do trânsito de plantas, animais, outras espécies de interesse econômico insumos e produtos agropecuários, em portos, aeroportos e postos de fronteira internacionais;
- II - a fixação de normas referentes a campanhas nacionais de controle e erradicação de pragas e doenças;
- III - a aprovação dos métodos de diagnóstico de pragas e doenças e de avaliação da eficácia dos produtos de uso veterinário, agrônomo, florestal e aquícola;
- IV - a instituição, coordenação e manutenção do Sistema de Informações Epidemiológicas e de Defesa Agropecuária - SINEDAGRO;
- V - a avaliação das ações desenvolvidas nas instâncias locais e intermediárias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;
- VI - a representação do País nos fóruns internacionais que tratam da defesa agropecuária;
- VII - a realização de estudos de epidemiologia e de apoio ao desenvolvimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;
- VIII - a cooperação técnica às outras instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;
- IX - o aprimoramento e a coordenação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

§ 3º Aos estados e ao Distrito Federal, como instâncias intermediárias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, competem as seguintes atividades:

- I - vigilância do trânsito interestadual de plantas, animais, outras espécies de interesse econômico insumos e produtos agropecuários;
- II - e execução das campanhas de controle e erradicação de pragas e doenças em âmbito estadual;

III - comunicação de ocorrências no Sistema de Informações Epidemiológicas e de Defesa Agropecuária – SINEDAGRO;

IV - coordenação das ações locais de epidemiologia;

V - coordenação das ações de educação sanitária em âmbito estadual;

VI - cadastro estadual laboratórios de diagnóstico de doenças e dos profissionais que atuem em vigilância sanitária vegetal, animal credenciados.

§ 4º A instância local dará, na sua jurisdição, plena atenção à defesa agropecuária, com a participação da comunidade organizada, tratando especialmente das seguintes atividades:

I - cadastro das propriedades rurais;

II - inventário das populações animais, vegetais;

III - vigilância do trânsito municipal e intermunicipal de animais e plantas, outras espécies de interesse econômico, insumos e produtos agropecuários;

IV - cadastro dos profissionais que atuem em vigilância sanitária vegetal e animal;

V - cadastro das casas de comércio de produtos de uso agrônomo, zootécnico e veterinário;

VI - cadastro dos laboratórios de diagnósticos de doenças existentes no município;

VII - inventário da ocorrência de pragas e doenças diagnosticadas;

VIII - coordenação execução de campanhas de controle de pragas e doenças em âmbito municipal;

IX - coordenação das ações educação e vigilância sanitária em âmbito municipal;

X - participação em projetos de erradicação de doenças, pragas e espécies vegetais e animais exóticos de interesse epidemiológico;

XI - comunicação de ocorrências no Sistema de Informações Epidemiológicas e de Defesa Agropecuária – SINEDAGRO.

§ 5º As estratégias e políticas de promoção à sanidade e de vigilância serão ecossistêmicas e descentralizadas, por tipo de problema sanitário, visando ao alcance de áreas livres de pragas e doenças, conforme previsto em acordos e tratados internacionais subscritos pelo País.

§ 6º Sempre que recomendado epidemiologicamente é prioritária a erradicação das doenças e pragas, na estratégia de áreas livres.

§ 7º Sob coordenação da instância superior do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária responsável pela defesa agropecuária, os estados e municípios que fizerem fronteira com outros países poderão complementar as ações de defesa agropecuária de plantas e animais.

Art. 10. A fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem vegetal e animal, bem como a dos insumos agropecuários, será gerida de maneira que os procedimentos e a organização da fiscalização se faça por métodos universalizados e aplicados equitativamente em todos os estabelecimentos inspecionados.

Parágrafo único. Na fiscalização será adotado o método de análise de riscos e pontos críticos de controle, ou outros métodos de igual eficácia.

Art. 11. O Sistema de Informações Epidemiológicas e de Defesa Agropecuária – SINEDAGRO é constituído ainda dos seguintes subsistemas:

I - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos – SIPE-Web, com o objetivo de controlar os estabelecimentos e produtos registrados, especificando a qualidade do produto, localização dos estabelecimentos credenciados, registrados e autorizados, geração de relatórios gerenciais tanto de controle quanto administrativos e emissão do certificado de registro de produtos e estabelecimentos habilitados pelo Poder Público;

II - Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos – SISBOV, com a finalidade de identificação e o controle do rebanho de bovinos e bubalinos do território nacional, bem como o rastreamento do processo produtivo no âmbito das propriedades rurais, para nortear a tomada de decisão quanto à qualidade do rebanho nacional e importado;

III - Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO, com a finalidade de fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e subprodutos, nos portos, aeroportos internacionais, postos de fronteira e aduanas especiais;

IV - Sistemas de Agrotóxicos Fitossanitários – AGROFIT, constituindo-se de um banco de informações sobre os produtos agrotóxicos e afins registrados pelo Poder Público, a fim de permitir a realização de pesquisas para o controle de pragas na agricultura brasileira;

V - Sistema de Gestão Laboratorial – SISLAB, constituindo-se de um cadastro informatizado de todos os padrões atualmente existentes nos laboratórios de análises de resíduos integrantes da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

VI - Sistema de Alerta Rápido Agropecuário – SISAGRO, com o propósito permitir a troca de informações sobre as não-conformidades relacionadas aos diferentes aspectos impactantes na inocuidade e qualidade ao longo de toda a cadeia produtiva dos produtos agropecuários e seus insumos, desde a etapa de produção até a fase final de comercialização, objetivando, prioritariamente garantir a saúde dos consumidores e a qualidade dos produtos utilizados na agropecuária;

VII - Sistema de Controle de Resíduos e Contaminantes – SISRES, com o objetivo de gerenciar o encaminhamento de amostras e os respectivos resultados laboratoriais para tratamento pelas autoridades competentes;

VIII - Sistema de Cadastro de Organismos e Laboratórios Estrangeiros – SISCOLE, responsável por manter o cadastro de instituições, as quais podem certificar a qualidade ou origem, e as condições de bebidas em geral e de vinhos e derivados da uva e do vinho exportados para o Brasil;

IX - Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal – SIF, com a finalidade de atestar a qualidade dos produtos de origem animal, sob o aspecto sanitário e tecnológico, oferecidos ao mercado consumidor;

X - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários – SIGVIG, para o gerenciamento técnico, administrativo, operacional e controle dos procedimentos de importação, exportação e trânsito de animais e vegetais, seus produtos, subprodutos e derivados, insumos agrícolas e pecuários, embalagens e suportes de madeira, bem como no trânsito internacional de passageiros;

XI - Sistema de Informações Gerenciais para Laboratórios de Resíduos e Contaminantes em Alimentos – SIGLA, com o objetivo de gerenciar as informações referentes às atividades analíticas dos laboratórios da área de resíduos e contaminantes em alimentos;

XII - Outros sistemas que venham a ser criados no interesse do Poder Público, conforme regulamento.

Parágrafo único. Os gestores dos sistemas integrantes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária disponibilizarão periodicamente na Internet relatórios para informação da população, conforme regulamento e em conformidade com o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 12. Ficam revogados:

I - os artigos 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;

II - o Decreto nº 24.548 de 3 de julho de 1934;

III - o Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor 180 dias após sua publicação.

Justificativa:

A defesa agropecuária compreende uma infinidade de ações relacionadas à proteção do meio ambiente, das atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, e da saúde humana.

Com frequência nos deparamos com embargos à exportação de produtos nacionais, decorrentes de barreiras sanitárias (não tarifárias).

Mesmo no mercado interno a qualidade dos alimentos é um aspecto fundamental da segurança alimentar.

Em outras ocasiões da nossa história, deparamo-nos com a introdução externa de pragas, como o bicho do algodoeiro, e doenças, como a vassoura-de-bruxa do cacau, que devastaram economias regionais.

O Senador Antônio Russo teve a importante iniciativa de apresentar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 592, de 2011, que consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal, com base na proposta contida no Texto para Discussão desenvolvido pela Consultoria Legislativa do Senado Federal, publicado no mesmo ano.

O PLS nº 592, de 2011, trouxe à luz o fato de que dois dos principais dispositivos legais que tratam da defesa sanitária animal e vegetal são decretos do Presidente Getúlio Vargas, de 1934. Tivemos informações de que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) há anos vem trabalhando numa atualização desses decretos. Ainda que tais decretos contenham comandos válidos e atuais, somam mais de 200 artigos, tratando de forma excessivamente detalhada assuntos que deveriam ser remetidos ao regulamento ou às normas técnicas ministeriais.

Alguns artigos são, entretanto, ultrapassados e inaplicáveis. Como exemplo citamos o que regulamenta o Conselho Nacional de Defesa Agropecuária, hoje inexistente.

O art. 61 do Decreto nº 24.458, de 1934, por exemplo, lista as “moléstias” passíveis de aplicação das medidas de defesa sanitária animal, mas exclui uma grande quantidade de doenças descritas ou surgidas posteriormente à edição da norma, como é o caso da encefalopatia espongiforme bovina, a conhecida “doença da vaca louca”. Assim, de acordo com a boa e moderna técnica legislativa, a especificação das pragas e doenças objeto da defesa agropecuária devem ser tratadas nas normas técnicas, usualmente emanadas do Poder Executivo.

O Projeto de Lei que ora apresentamos propõe no art. 1º a instituição de uma Política Nacional de Defesa Agropecuária (PNDA), incorporando os artigos que tratam do tema na Lei nº 8.171, de 1991 (Lei Agrícola) e disposições contidas nos artigos que foram vetados por ocasião da promulgação dessa mesma Lei.

Adicionalmente, no art. 2º a Proposição incorpora ao marco regulatório o conceito de defesa agropecuária, proposto pela recém criada Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária e divulgado na página na Internet da Rede de Inovação Tecnológica em Defesa Agropecuária, e outros, tais como vigilância sanitária, e fiscalização sanitária que passa a compreender as ações de auditoria e inspeção. São conceitos que não estão estabelecidos na legislação vigente.

O art. 3º dispõe sobre os objetivos da PNDA, e inova ao propor que a Defesa Agropecuária, além da preocupação com a sanidade animal e vegetal, também deve incorporar os cuidados com o meio ambiente, ao propor a prevenção à introdução de espécies exóticas nos ecossistemas. Ademais, julgamos conveniente especificar na Lei que o foco da Defesa Agropecuária é, também, a prevenção de prejuízos às economias locais e nacional decorrentes de danos à produção e ou de barreiras sanitárias internas e externas.

Enquanto o art. 4º trata das competências compartilhadas do Poder público, o art. 5º dispõe da elaboração de planos plurianuais e planos operativos, importantes para a consecução da PNDA.

Adicionalmente, o PLS propõe no art. 7º permitir que qualquer profissional legalmente habilitado, mesmo do setor privado, possa certificar que animal, vegetal, seus produtos ou subprodutos, assim como insumos agropecuários, estão livres de contaminações, pragas ou doenças que ameacem o meio ambiente, a segurança da produção rural, e a saúde humana. Tal medida ampliará significativamente o contingente de profissionais que atuarão na defesa agropecuária, reduzindo os entraves burocráticos que atualmente decorrem da insuficiência de fiscais agropecuários dedicados à certificação oficial. Por outro lado, as ações de vigilância sanitária continuarão exclusivas do poder público, que terá sua capacidade de atuação ampliada.

Está mantida a preocupação com o respeito aos compromissos internacionais firmados pela União, junto a organizações como a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) e a Convenção Internacional de Proteção de Plantas (CIPV).

No contexto da Política Nacional proposta, continuam a ter importância fundamental o Mapa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, como coordenadora do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, as universidades e, sobretudo, os órgãos estaduais de defesa agropecuária: IMA/MG, CDA/SP, IDAF/ES, SEAPEC/RJ, IAGRO/MS, INDEA/MT, AGRODEFESA/GO, SEAGRI/DF, ADAPEC/TO, ADEPARÁ, IDAM, INDARON, ADERR, IDAF/AC, DIAGRO/AP, ADAB/BA, ADEAL, AGED/MA, IDIA/RN, ADAGRI/CE, ADAGRO/PE, ADAPI, EMDAGRO/SE, SEDAP/PB, ADAPAR, DDA/RS, CIDASC.

As ações de defesa agropecuária não se limitam à fiscalização devem considerar ainda, a necessidade do fortalecimento das políticas de promoção do acesso a serviços públicos e privados de assistência técnica e

extensão rural (ATER). Tais serviços são fundamentais para a capacitação do produtor rural e a prevenção da ocorrência de pragas, doenças e contaminações de produtos agropecuários, do meio ambiente e dos trabalhadores rurais.

Está prevista no art. 8º a alocação obrigatória de recursos orçamentários federais para as ações de Defesa Agropecuária previstas nos planos operativos anuais, e para a realização de pesquisas pela comunidade científica.

Mantivemos no art. 9º, com pequenos aperfeiçoamentos, os dispositivos da Lei Agrícola que detalham as atribuições da União, estados, Distrito Federal e Municípios, com relação ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Assim, o regulamento do Suasa praticamente não precisará de atualizações.

A Lei Agrícola prevê no inciso IV do §4º do art. 28-A a manutenção de um sistema de informações epidemiológicas, que em verdade nunca foi instituído. Em seu lugar, propomos no art. 11 da Lei a instituição de um Sistema de Informações Epidemiológicas e de Defesa Agropecuária, que chamamos de SINEDAGRO, que integrará todos os sistemas hoje existentes no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), já consagrados, dando-lhes estabilidade jurídica, sem excluir a possibilidade da instituição, via regulamento, de outros sistemas de informação, a critério do Governo Federal.

Por fim, pelas razões já expostas, o Projeto propõe a revogação dos decretos de 1934, remetendo os pontos que ainda têm relevância e atualidade para a regulamentação da Lei, por decreto presidencial e normas ministeriais, conforme disposto no art. 6º do PLS. Como a Lei entrará em vigor 180 dias após sua publicação, o Governo terá tempo suficiente para reeditar novo decreto que atualize e regulamente adequadamente a nova Lei, incluindo, se desejar, os dispositivos do Decreto nº 5.741, de 2006, que regulamenta o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

Busca-se, assim, contribuir para o continuado processo de aprimoramento da Política Nacional de Defesa Agropecuária, razão pela qual esperamos contar com o apoio dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senadora LÍDICE DA MATA

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=109240

Data de Apresentação: 28/11/2012

Ementa: Institui a Política Nacional de Defesa Agropecuária.

Explicação da ementa: Institui a Política Nacional de Defesa Agropecuária – PNDA, que tem por finalidade a proteção do meio ambiente, da economia nacional e da saúde humana. Dispõe que são objetivos da Política Nacional de Defesa Agropecuária – PNDA, assegurar: a sanidade vegetal; a sanidade animal; a segurança e a eficácia dos insumos e a idoneidade dos serviços utilizados na agropecuária; a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores; barreiras à entrada de pragas, doenças e de espécies exóticas que ameacem a estabilidade dos ecossistemas locais do País e sua biodiversidade; a prevenção de prejuízos às economias locais e nacional decorrentes de danos à produção ou de barreiras sanitárias internas e externas. Estabelece que visando à promoção da saúde, as ações de implantação da Política Nacional de Defesa Agropecuária serão organizadas, sob a coordenação do Poder Público nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, e no âmbito de sua competência, em um Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, articulado, no que for atinente à saúde pública, com o Sistema Único de Saúde – SUS, do qual participarão: serviços e instituições oficiais das instâncias locais, intermediárias e central; produtores e trabalhadores rurais, suas organizações e técnicos que lhes prestam assistência; órgãos de fiscalização das categorias profissionais diretamente vinculadas à defesa agropecuária; entidades gestoras de fundos organizados pelo setor privado para complementar as ações públicas no campo da defesa agropecuária. Revoga os artigos 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171/1991, que dispõe sobre a política agrícola; o Decreto nº 24.548 de 3 de

julho de 1934, que aprova o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal; o Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, que Aprova o Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal. Dispõe que esta Lei entra em vigor 180 dias após sua publicação.

Indexação: Criação, Norma Jurídica, Política Nacional, Defesa Agropecuária, Proteção, Meio Ambiente, Economia Nacional, Saúde, Vigilância Sanitária, Inspeção Sanitária, Educação Sanitária, Fiscalização, Auditoria, Defesa Sanitária Animal, Defesa Sanitária Vegetal, Combate A Praga, Combate A Peste, Doença Animal, Classificação, Insumo, Vigilância Epidemiológica, Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, Produto Agropecuario, Importação, Exportação, Comércio, Transporte, Porto, Fronteira, Extensão Rural, Assistência Técnica, Certificado, Orçamento, Pesquisa, Tecnologia, Sistema, (SUS), Cadastro, Produtor Rural, Propriedade Rural, Inventário, Informações, Animal, Agrotóxico, Defensivo Agrícola, Resíduo, Relatório, (Internet).

Tramitação:

28/11/2012 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 24 (vinte e quatro) folhas numeradas e rubricadas.

28/11/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.

Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa.

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicação em 29/11/2012 no DSF Página(s): 64414 - 64421

28/11/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: Recebido na Comissão, nesta data.

Aguardando a abertura do prazo para a apresentação de emendas ao Projeto.

30/11/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Aberto o prazo para apresentação de emendas ao projeto.

Primeiro dia: 30.11.2012

Último dia: 06.12.2012

07/12/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Esgotado o prazo regimental sem a apresentação de emendas, a matéria aguarda designação de Relatoria.

18/12/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Matéria distribuída ao Senador Pedro Taques, para relatar.

13/03/2013 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria devolvida pelo Relator, Senador Pedro Taques, para redistribuição, em razão de seu desligamento da comissão.

13/03/2013 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Ao Senhor Senador ACIR GURGACZ é redistribuído o presente projeto.